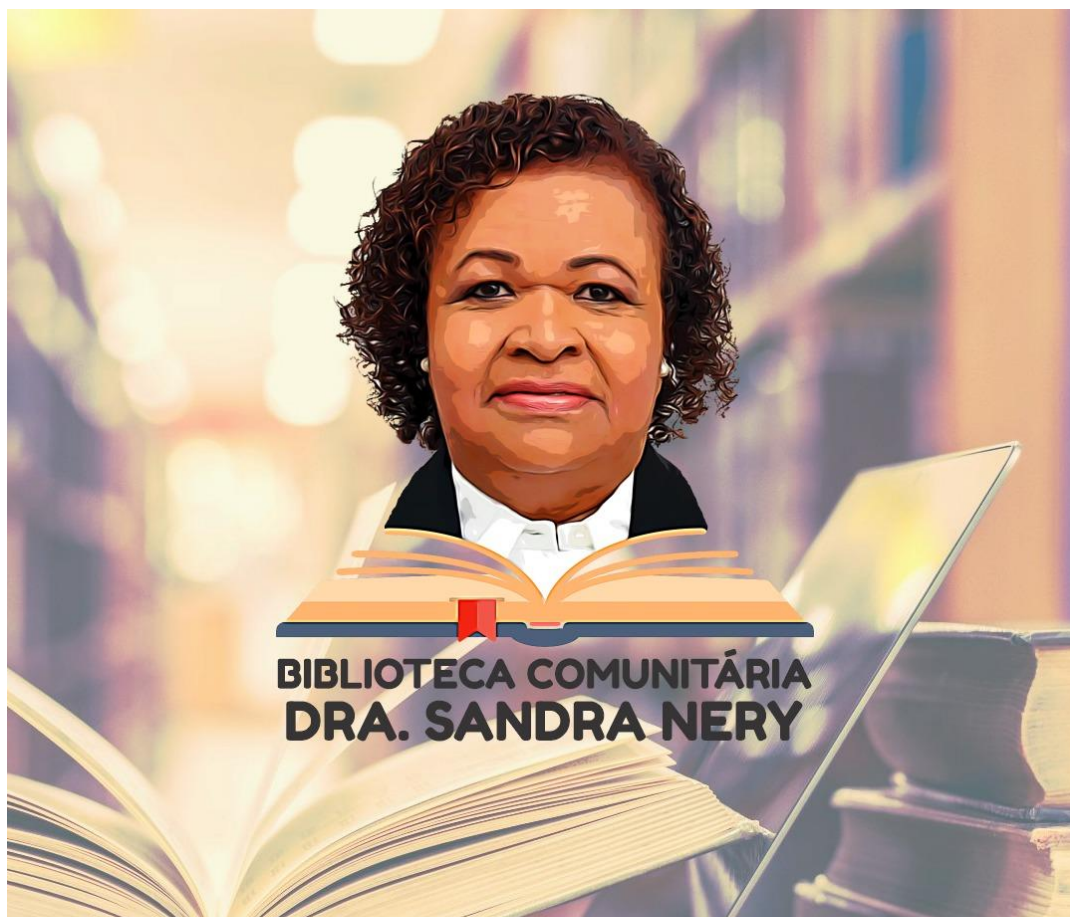


PLANO DE IMPLANTAÇÃO DA BIBLIOTECA COMUNITÁRIA DRA. SANDRA NERY/INSTITUTO HISTÓRICO E GEORGÁFICO - IHG

Por Gislene Lopes Maciel Chagas¹



¹ Biblioteconomista formada pela Universidade Federal de Mato Grosso. Agente Administrativa da Carreira Pública da Prefeitura de Poxoréu – MT; Ex – Secretária da Junta de Serviços Militar de Poxoréu – MT; Atualmente Assistente Administrativo do Cartório Eleitoral da 47ª Zona Eleitoral.

Poxoréu – MT, Março de 2021

DRA. SANDRA NERY: A patronesse da Biblioteca Comunitária



A advogada Sandra Nery foi membro do Instituto Histórico e Geográfico de Poxoréu até sua morte 20.11.2018. Participante, ativa, proativa de postura absolutamente fraternal, Sandra Nery foi uma das maiores beneméritas da Biblioteca do IHG ao destinar para aquele espaço dezenas de coleções, hoje, integrantes do acervo, além de importantes peças e artefatos da coleção de família para o Museu, Casa de Memória Manuel Aquino.

Filha de Florêncio Nery Nogueira (Santo Nery) e Marcelina Garcia da Silva. Nasceu no dia 25 de fevereiro de 1957 em Poxoréu-MT. Estudou no Externato São José, o

primário; o ginásio, no Colégio 7 de Setembro, hoje Colégio Júlio Müller que, mais tarde se tornaria a sede do IHG na Rua Mato Grosso; o segundo grau fez no Colégio Santa Marcelina em São Paulo. Sandra Nery estudou Direito na Universidade de Mogi das Cruzes, no Estado de São Paulo. Terminado o Curso de Direito em 1979, retorna a sua terra natal, Poxoréu-MT, onde exerceu várias funções. Foi professora de OSPB, Educação Moral e Cívica e Direito na Escola de Ensino Médio, na Escola Padre Cesar Albisetti; foi Vice-Diretora da mesma escola, foi Diretora da Escola Estadual Barão do Rio Branco, no Bairro Alameda Monchão Dourado, um dos prédios construídos com recursos da FAG (Fundação de assistência ao Garimpeiro). Trabalhou no Juizado Especial de Pequenas Causas, na Comarca de Poxoréu, durante quatro anos, 2000-2003, entre outras funções e ocupações as quais se dedicou com absoluta zelo e vocação.

Sandra Nery é divorciada e tem três filhos: **Renata D’Carlo Neri Mandu Silva e Silva; Antônio Florêncio Nery Mandu Silva e Silva; Anna Carla Nery Mandu Silva e Silva.** Tem quatro netos: Antônio Carlos Mandu da Silva Neto; Antônio Vitor Nery de Oliveira Rocha; Antonella Figueiredo Lago Nery Mandu e Leonardo Nery Mandu de Oliveira Rocha.

Antes de sua morte, em 2018, Sandra Nery administrava a Casa Nery, patrimônio deixado pelo seu pai, “Santo Nery” e dedicava seu tempo também as atividades do IHG e as ações

da Igreja Católica São João Batista, inclusive na Coordenação da Festa do padroeiro, a quem era devotada.

Sua morte enlutou os corações da sociedade Poxoreana e o pesar de seus pares no IHG, sensíveis ao seu legado, culminou na aprovação da indicação do presidente, Prof. Gaudêncio Amorim, do seu nome para a patronesse da Biblioteca, em Fevereiro de 2020.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRAFICO DE POXORÉU – MT.

DIRETORIA

Presidente: Gaudêncio Filho Rosa de Amorim

Vice Presidente: Sandra Sofia Sol da Silva

Diretor Executivo: Antônio Nival Souza Campos

Diretor Financeira: Eva Mendes de Oliveira

Oradora: Leda Figueiredo Rocha do Lago

Presidente de honra: Nelson Antônio Paim (Prefeito)

MEMBROS EFETIVOS

NOME DO MEMBRO	NOME D PATRONO	Nº. DA CADEIRA
Adolfo Fernandes Catalá Neto	Pe. Pedro Melesi	035
Aginaldo Francisco da Luz	Amorésio Souza Silva	025
Antônio Nival Souza Campos	Manuel Aquino	023
Elvira Sodré de Oliveira	Doroteu Sodré dos Santos	004
Eva Mendes de Oliveira	Joaquim Nunes Rocha	001
Izaías Resplandes de Souza	Luis Philipe Sabóia Ribeiro	007
Hildeth Xavier de Oliveira	Anízio Alves Barbosa	021
Gaudêncio Filho R. de Amorim	Candido Mariano Rondon	003
João de Souza	Pe. Cesar Albisetti	009
João Paulo Nascimento	Pompílio Alves Pereira	033
Leda Figueiredo Rocha Lago	Amarilio Bento de Brito	002
Lena Glória Varanda V. Guedes	Prisco da Silva Menezes	008
Lucia Voltan Ribeiro	Benedito L. de Oliveira	015
Maria Luiza Pio dos Reis	Osvaldo Candido Pereira	012
Marcelo Ribeiro Vilela Prado	Rita Ribeiro Vilela	038

Marcia Menezes R. de Lima	Lucas Ribeiro Vilela	029
Marcos Cesar C. de Oliveira	Epaminondas C. Oliveira	016
Nelice Antunes Ferraz	João Andrade Figueiredo	006
Paulo Cesar de Araújo Barreto	Antônio Félix de Oliveira	036
Sandra Sofia Sol da Silva	Sebastião Santana Sol	014
Raimunda da Silva Cardoso	Luis Coelho de Campos	005

MEMBROS EFETIVOS, CORRESPONDENTES E HONORÁRIOS






IHG POXOREU
INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO DE POXOREU-MT

Rua Mato Grosso, 432 - Centro Histórico
66-99636-0936 | Poxoreu - Mato Grosso
e-mail: contato@ihgpoxoreu.com.br
facebook.com/institutohistoricoegeograficopoxoreuimatagrosso

SEDE INSTITUCIONAL **INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO:**
MEMBROS E PATRONOS

 GALEONCIO FILHO ROSA DE AMORIM PATRONO: Conselho Municipal de São José	 DE JOÃO PAULO NASCIMENTO DE SOUZA PATRONO: Município de São José	 JOÃO DE SOUZA PATRONO: Prefeitura Municipal	 MARIA LUIZA PIO DOS REIS PATRONO: Conselho Municipal de Poxoreu	 RAIMUNDA DA SILVA CARDOSO PATRONO: Lido Cardoso da Cunha	 LUCIA VOLTAN RIBEIRO PATRONO: Conselho Municipal de Poxoreu	 LEDA FIGUEIREDO ROCHA DO LAGO PATRONO: Associação de Poxoreu
 ELVIRA SOARES DE OLIVEIRA PATRONO: Conselho Municipal de São José	 ANTONIO NIVAL S. CAMPOS PATRONO: Município de Poxoreu	 HELICE ANTUNES FERRAZ PATRONO: João Antônio Figueiredo	 EVA MENDES DE OLIVEIRA PATRONO: Associação de Poxoreu	 IZAÍAS RESPLANDES DE SOUZA PATRONO: Lido Mendes da Cunha	 SANDRA SOFIA SOL DA SILVA PATRONO: Prefeitura Municipal de São José	 ADOLFO FERNANDES CATALA NETO PATRONO: Prefeitura Municipal
 DE JAKSÉ PATIMA DE OLIVEIRA LOPES PATRONO: Conselho Municipal de São José	 MARCELO RIBEIRO VILELA PRADO PATRONO: Rua Roberto Mendes	 ARLTON COSTA XAVIER PATRONO: Associação de Poxoreu	 MARCOS CESAR CORREIA DE OLIVEIRA PATRONO: Associação de Poxoreu	 AGHALDO FRANCISCO DA LUZ PATRONO: Prefeitura Municipal de São José	 HILDETE XAVIER DE OLIVEIRA PATRONO: Associação de Poxoreu	 LENA GLÓRIA V. VENTRESQUI GUEDES PATRONO: Prefeitura Municipal

Sócios Correspondentes

 Dr. Jordano Lopes Albuquerque	 Dr. Juvenal Pereira da Silva	 Lidia Moreira	 Dr. Ral Nogueira Barbosa
 Mrs. Valéria Dias Almeida	 Cel. César Carlos Pereira	 Tajana Rodrigues da Silva	 Mrs. Rosana Ferreira Mattos

Sócios Honorários

 CARLOS ANTONIO DO CARMO (MÁRCIO) Sócio Honorário	 JOÃO DE JESUS OLIVEIRA Sócio Honorário	 ANTONIO DE SOUZA ARAÚJO Sócio Honorário
---	---	--

www.ihgpoxoreu.com.br

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Placa externa de identificação da Biblioteca na Rua Mato Grosso, 432 – Centro.

Figura 2 – Mesa, cadeira e computador inservíveis doados pelo Banco do Brasil, agência Poxoréu – MT (2018)

Figura 3 – Estantes usadas doadas pela sociedade

Figura 4 – Conjunto de estantes adquiridas pelo Instituto Histórico e Geográfico, 2018

Figura 5 – Faixa de campanha de arrecadação de livros (2018)

Figura 6 – Doação de Livro pela câmara de Vereadores. Presença do Ver. Geovane, do Técnico Jasciomar e do Pres. do IHG, Gaudêncio Amorim, 2018

Figura 7 – Cozinha

Figura 8 – banheiros

Figura 9 – Rampa de acesso ao interior do IHG, abertura para a Rua Mato Grosso

Figura 10 –Rampa de acesso para a entrada da Biblioteca Comunitária Dra. Sandra Nery

Figura 11 –janelas de madeira sem proteção de grades. Abertura para a Rua Rosa Bororo.

Figura 12 – Site institucional do IHG

Figura 13 – Página de Facebook do IHG

Figura 14 – Fachada externa da sede do IHG e logomarcas oficiais

Figura 15 – Cópia da Ata de Fundação da Biblioteca Comunitária Sandra Nery

Figura 16 – Moção de Aplauso – Assembleia Legislativa de Mato Grosso

Figura 17 – Homenagem do IHG/MT

Figura 18 – Cerimônia de entrega da Moção de Aplausos da Câmara de Vereadores de Poxoréu

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O plano de implantação da Biblioteca Comunitária Dra. Sandra Nery do Instituto Histórico e Geográfico – IHG é, na verdade, um plano de Revitalização de uma iniciativa voluntária e pioneira da instituição que já existe desde 2017, implantada e mantida com apoio da sociedade geral no que tange a doação do acervo e mobiliários, além do atendimento mantido pelo próprio instituto (IHG) mediante força-tarefa de seus próprios membros e de outros mecenas voluntários com afinidade pela causa.

Em que pese a possibilidade de implantar uma biblioteca no interior do IHG em função de suas finalidades estatutárias, conforme se pode depreender do patrimônio:

“DO PATRIMÔNIO

Art. 32. O patrimônio do Instituto Histórico e Geográfico de Poxoréu - MT deve ser constituído do seu edifício-sede, **do acervo da Biblioteca**, do Arquivo, de Museu ou Sala de Memória, da Hemeroteca, de suas instalações e mobiliário, títulos da dívida pública que venha a adquirir por compra ou doação, e dos saldos de suas contas bancárias, assim como de receitas provenientes dos Poderes Públicos e de particulares”....

A Biblioteca Comunitária só se estabeleceu, definitivamente em Junho de 2017, muito embora sua criação e manutenção estava entre os desejos dos membros do IHG que, não sentindo a vontade política das administrações públicas à ativação e manutenção da Biblioteca Pública de Poxoréu – “Enio Milton Duarte”, com centenas de livros amontoados em destinos itinerantes e sem uso público, via a necessidade de construir o empreendimento em *lócus* privilegiado e acessível à sociedade.

Insta esclarecer que, em 2016, a Lei Municipal 1.820, de 30/06/2016 , publicada em D.O AMM/MT de 01/02/2016, doou para o IHG o prédio aonde funcionou a antiga Escola Estadual Cel. Júlio Muller, na Rua Mato Grosso, Centro e, não consta nenhuma contrapartida à instituição, o que levou o Ministério público sugerir ao Poder Público a inserção da cláusula de reversão, de interesse público e de avaliação imobiliária do imóvel, todavia também não constava o imperativo da manutenção da biblioteca.

Em 2019, a legislação foi alterada pela Lei Municipal 1.952, de 11/02/2019 e a biblioteca continuou entre o corolário de suas obrigações para com a sociedade, conforme consta do art. 2º a seguinte redação:

Art. 2º - É autorizado o Município doar, mediante termo específico, o imóvel público descrito no art. 1º desta lei avaliado em 308.202,58 (trezentos e oito mil, duzentos e dois reais e cinquenta e oito centavos) ao Instituto Histórico e Geográfico de Poxoréu – MT, onde se instalará a sua sede, para cumprimentos de suas funções estatutárias, no que tange a cultura, educação, meio ambiente e turismo.

§ 1º - Para o cumprimento do disposto no caput, cabe ao Instituto Histórico e Geográfico de Poxoréu manter em suas dependências para utilização pública e gratuita dos usuários:

I – 01 (um) acervo bibliotecário (Grifo nosso)

II – 01 (um) acervo de resgate e preservação de memórias

III – 01 (uma) dependência para usufruto do Poder Executivo em atividades afins.

De qualquer forma, desde 2016, os esforços para constituição do acervo já vinham sendo realizados à exaustão com fortes campanhas de doação e os livros chegavam em profusão pela sociedade local e por muitos e variados municípios, inclusive de fora do Estado, tanto que não foi difícil alcançar os mais de 3 mil títulos constitutivos do atual acervo. Em que pese a obrigação legal (por imposição da Lei Municipal 1.952/2019 pela doação da sede social) as intenções já existiam desde a criação do IHG (2015) e o acervo já estava constituído desde 2017, quando em Junho daquele ano foi oficialmente criada a Biblioteca Comunitária do IHG e, mais tarde, após a morte da congreira Sandra Nery, denominada “**Biblioteca Comunitária Dra. Sandra Nery**”.

Entre 2017 e março de 2020 a Biblioteca funcionou aberta cinco dias por semana, em pelo menos um dos períodos (Matutino ou Vespertino), cuja atendente (2019/2020) recebia por uma gratificação originada de força-tarefa entre os membros do IHG e, a partir de março de 2020, **o empreendimento foi absolutamente impactado pela Pandemia da COVID 19, abrindo esporadicamente e em datas intermitentes para atender visitantes externos.** (Grifo nosso)

Um marco importante para a Biblioteca Comunitária Dra. Sandra Nery foi o seu registro, como BIBLIOTECA COMUNITÁRIA, no Sistema Estadual de

Bibliotecas do Estado de Mato Grosso, ação que certamente ascendeu visibilidade e reconhecimento se habilitando a participação de outros processos para a sua revitalização e o próprio empenho da instituição mantenedora (IHG/Poxoréu) para melhorar suas instalações, mobiliários e o acervo doado pelo voluntariado da sociedade, evidentemente provocado pela diretoria do Instituto Histórico e Geográfico do município.

Destaca o presidente do IHG, Prof. Gaudêncio Amorim que, a sra. **Waldineia Almeida**, Coordenadora Estadual de Bibliotecas de Mato Grosso, teve papel fundamental no incentivo ao registro da Biblioteca no Sistema Estadual e outras orientações igualmente importante. Ressaltou tratar-se uma profissional ética e competente e que, por isso mesmo, a profissional seria uma forte candidata para a Medalha Rubens Borba de Moraes do Setor Público de honra ao Mérito Bibliotecário.

Neste escopo, o Instituto Histórico e Geográfico participou do Edital de Seleção de Projetos para Revitalização de Bibliotecas Comunitárias – EDITAL MT NASCENTE/2020/SECEL/MT e teve a sua proposta selecionada para implementar mudanças significativas que começa com o planejamento em apreço, a catalogação do acervo e publicação em Portal do IHG – www.ihgpoxoreu.com.br, digitalização do acervo publicado pelo IHG (2017-2020); da União Poxorense de Escritores – UPE (Jornais e Revistas 1991-2016) e outros periódicos (extintos) de importância capital para a literatura local, com publicação em Portal da instituição, além da aquisição de livros da Literatura Mato-grossense, inclusive alguns da literatura Poxorense e ainda a contratação de um PNE (Portador de Necessidades Especiais) na perspectiva da inclusão social.

Acrescenta-se a oportunidade a ação paralela empreendida pelo próprio Instituto Histórico e Geográfico na aquisição de mobiliário, climatização do espaço e digitalização do acervo do museu do garimpeiro, outra ação de resgate e preservação de memórias (como o da Memória Viva Pó-Cereu²) desenvolvida pela instituição que, também, fará parte de portal na internet com livre acesso aos interessados.

² O Projeto Memória Viva Pó-Cereu foi instituído pela Lei Municipal 1.361, de 08/04/2010 no governo do Prefeito Ronan Figueiredo Rocha, influenciado pelo Prof. Gaudêncio Amorim que, à época, exercia o cargo de Secretário Municipal de Planejamento (2009/2012). O projeto foi executado numa parceria do Poder Público, através da Secretaria de Cultura, a União Poxorense de Escritores – UPE e o Conselho Municipal de Cultura resgatando a biografia de 35 (trinta e cinco) personalidades, entre 2010 e 2012, a publicação de 03 (três) Revistas A UPENINA, edição especial e a entrega do Premio (Medalha e Certificado) tendo a história de vida compartilhada em sessão solene da Ordem Memória Viva com a presença da sociedade organizada, autoridades locais e regionais, além dos familiares que se organizaram para prestigiar as ocasiões. O objetivo do projeto foi comemorar a história de vida de personalidades viva.

2. UM POUCO DE LITERATURA

As bibliotecas comunitárias são ambientes físicos criados e mantidos por iniciativa das comunidades civis, geralmente sem a intervenção do poder público, como é o caso da **Biblioteca Comunitária dra. Sandra Nery/IHG**. Estes centros comunitários possuem um acervo bibliográfico multidisciplinar, abarcando diversas tipologias documentais. Suas coleções, por vezes, possuem organização improvisada ou intuitiva, pois o objetivo principal desses espaços é ampliar o acesso da comunidade à informação. Proposta semelhante tem os espaços públicos de informação que objetivam a democratização do acesso à cultura, incentivo à educação e promoção à cidadania. Esses espaços estão representados pelos centros culturais, postos de serviços ao cidadão, espaços de diversão e arte, bibliotecas etc. Esses ambientes físicos de compartilhamento, troca e fluxos de informação são vistos como instrumentos de democratização e inclusão informacional ao ensejarem o amadurecimento das relações sociais dentro comunidade e proporcionar o crescimento pessoal dos cidadãos através de práticas informacionais, como atividades de leitura. Vistos como uma prática social (MACHADO, 2008) as bibliotecas comunitárias e os espaços públicos de informação são uma reação da própria comunidade no combate às desigualdades de acesso à informação, situação tão preocupante nos países em desenvolvimento.

É preciso considerar que, criar uma biblioteca comunitária (como o IHG criou a Biblioteca Comunitária Dra. Sandra Nery) é uma forma de valorização da própria comunidade, uma vez que iniciativas para difusão e acesso à informação são uma forma de contribuir para a redução das desigualdades sociais e promover a inclusão informacional. Projetos de implantação de centros comunitários de informação evidenciam as ações de organização, amadurecimento e cidadania, em que cada indivíduo se torna responsável pelo crescimento cultural da comunidade, muito embora, a experiência de participação social da sociedade neste empreendimento ainda é bastante tímida.

Apesar da ascensão e relevância dessas iniciativas de cunho sociocultural nos grandes centros urbanos, percebe-se que ainda são insipientes as reflexões desenvolvidas nas universidades e instituições de pesquisas. De maneira que as próprias designações aqui utilizadas carecem de discussão, pois lidam com conceitos

relativamente dinâmicos e complexos, como “comunidade” e “informação”. Entretanto, há características comuns a estes ambientes informacionais que podem nos ajudar a compreendê-los. Talvez a principal característica desses espaços comunitários de informação é ser uma iniciativa dos membros da comunidade que tem como público-alvo a mesma comunidade que os mantém, no caso, o Instituto Histórico e Geográfico, embora sua expansão conceitual também é verdadeira por abarcar o desejo de oferecer e compartilhar informações com toda sociedade.

Neste diapasão, as bibliotecas comunitárias e espaços públicos de informação se localizam nas regiões e bairros periféricos dos grandes centros urbanos e objetivam suprir necessidades de informação, cultura e lazer dos grupos sociais ali existentes. Essas comunidades carecem de espaços culturais públicos, como salas de teatro e cinema, bibliotecas, museus, livrarias, galerias e cibercafés. Essa é uma das justificativas para a criação destes centros comunitários de informação e lazer. Em plena ascensão de uma sociedade pautada pela informação e conhecimento, ainda existem “pessoas desinformadas, não pela opção de não quererem fazer parte desse processo, mas porque se vêem privadas do direito de participação” . A Biblioteca Comunitária Dra. Sandra Nery/IHG está localizada num espaço privilegiado, no centro Urbano de Poxoréu dividindo espaço muito próximo com a educação, salas de museus, instituições sociais de alta visitação como o Poxoréu-PREVI (Previdência Municipal), SINTEP/MT, Rotary Clube Morro da Mesa e a própria sede da Assessoria Pedagógica de Educação – SEDUC/MT.

Um artigo da Dra. Maria Guiomar da Cunha³ Frota intitulado **Biblioteca Pública: espaço de formação e opinião pública?** (2014) traz uma reflexão importante para pensar os espaços públicos no Brasil. De acordo com a autora, em muitos momentos da história brasileira os livros foram os objetos/alvos do governo e de grupos e

³ Doutora em Sociologia pelo IUPERJ. Professora Associada da Escola de Ciência da Informação – ECI/UFMG. O artigo trata da questão da biblioteca como espaço de formação da opinião pública no Brasil. O referencial teórico central é a obra de Habermas relativa à esfera pública e à formação da opinião pública. No plano empírico é realizada uma análise sociológica e histórica dos distintos significados da biblioteca e da leitura na constituição de uma esfera pública no Brasil. A conclusão principal é que a biblioteca pública pode se constituir como um dos espaços de formação da opinião pública e de promoção de ações críticas no âmbito da leitura e da formação do leitor. Para que essa potencialidade se efetive é necessário ainda que as políticas e ações governamentais, nos planos educacional e cultural, tenham como foco central a redução das desigualdades de classe e de raça, vigentes na sociedade brasileira.

movimentos e nesse sentido, para o fim pretendido neste plano, vale ressignificar sua leitura nos recortes que abaixo transcrevemos.

Esse percurso é realizado no sentido de exemplificar, empiricamente, com o recurso à história, como as bibliotecas e os livros têm potencial para colaborar com a formação de uma opinião pública crítica ou mesmo conservadora. Esse potencial pode ser compreendido através de distintos momentos da história social brasileira onde se identifica por um lado, a censura aos livros, à perseguição aos leitores e o cerceamento às bibliotecas e à educação. Por outro lado também são encontrados exemplos importantes de livros como elementos fundamentais para a constituição e divulgação de ideais transformadores e revolucionários que inspiraram os movimentos de resistência contra as ditaduras militares, não só no Brasil, mas na América Latina. Encontram-se também, no contexto da ditadura militar no Brasil, os centros alternativos de documentação que se constituíram como espaços públicos de comunicação popular e de resistência à censura e a massificação da informação.

2.1. A perseguição à leitura na colônia e a criação da imprensa e da Biblioteca Real no Império

No Brasil colonial, conforme indicam Mary Del Priore e Renato Venâncio (2010), os primeiros livros vieram com as ordens religiosas dos jesuítas, beneditinos, franciscanos e carmelitas, que instalaram aqui os conventos. Predominava então a literatura religiosa, mas livros leigos proibidos também foram trazidos para Colônia, sendo seus leitores perseguidos pela inquisição. Priore e Venancio (2010) citam como exemplos que:

“em 1593, vários moradores da Bahia foram acusados de ler o romance A Diana, de Jorge Montemaior, um clássico profano do Renascimento europeu. Seu tema: um picante caso de amor. (...) Certo Nuno Fernandes possuía as metamorfoses, de Ovídio, enquanto seu conterrâneo, Bartolomeu Fragoso, para escapar ao controle da censura, preferia rasgar as paginas depois de lê-las”. (p. 97-98).

Não bastasse a presença nos Tribunais do Santo Ofício grande parte da população era analfabeta e excluída do acesso à leitura, quadro agravado pelo elevado número de escravos aos quais se negava todo e qualquer direito. A educação foi

completamente negligenciada pela administração portuguesa, José M. Carvalho menciona que embora faltem dados daquele período,

“em 1872, meio século após a independência, apenas 16 % da população era alfabetizada. (...) A situação não era melhor na educação superior. Em contraste com a Espanha, Portugal nunca permitiu a criação de universidades em suas colônias.”
(CARVALHO, 2002, p. 23).

No período colonial os livros, publicados em Lisboa, mas escritos no Brasil, tinham motivações diversas como descrever e inventariar as riquezas e apoiar o trabalho de dominação dos indígenas pela conversão religiosa. Como exemplificam Priore e Venâncio (2010), apontando a obra de José de Anchieta, que para esse último fim, misturava o latim, o português e o tupi em suas obras.

As bibliotecas com os maiores acervos, conforme Silveira (2007) eram aquelas das ordens religiosas, “como a biblioteca do Colégio da Bahia que no ano de 1764 registrava uma quantia de aproximadamente 3.000 volumes”, essas coexistiam com modestas bibliotecas particulares de leigos dos quais existem registros dispersos, na literatura. Um desses registros é mencionado por **Vilalta apud Silveira** (2007), ao indicar que em Minas Gerais, as maiores bibliotecas particulares, pertenciam, quase que exclusivamente, a padres, advogados, cirurgiões e boticários.

Encontravam-se ainda nos acervos das bibliotecas particulares livros que indicavam a adesão às correntes filosóficas e políticas, por parte de seus proprietários, característica que reforça o papel da biblioteca como espaço de difusão de ideias consideradas perigosas ou revolucionárias para uma colônia. (SILVEIRA, 2007, p. 83). Assim na Colônia os livros são poucos, sua circulação é restrita e cerceada e o acesso aos mesmos e às bibliotecas é privilégio de pequenos círculos das elites social e religiosa que constituem a estrutura dominante no campo político e intelectual.

No período imperial, com a chegada da corte, ainda conforme o trabalho de Silveira (2007) altera-se em parte o quadro anterior. No conjunto das novas instituições administrativas aqui implantadas, foram criadas: a Imprensa Regia (1808), o Jardim Botânico, o Museu Real e a Escola Real de Artes e Ofícios. No entanto, foi mantida a rígida censura oficial aos impressos, na tentativa de controlar “conteúdos contrários ao governo, à igreja e aos bons costumes” (SCHWARCZ; AZEVEDO; COSTA apud SILVEIRA 2007, p. 85).

A Real Biblioteca se estabeleceu a partir de 1811 trazendo imenso e variado acervo, não realizava empréstimos e recebia pessoas para consulta mas mantinha-se como espaço de distinção. Nos termos de Silveira (2007, p. 89) a mesma passou a acolher para consultas internas todas as pessoas que se apresentassem decentemente vestidas, sem discriminação de sexo, cor e nacionalidade. Porém, em seus primeiros anos atendeu basicamente àquelas pessoas que pertenciam à corte, especialmente à família real e aos homens brancos, livres e de posses. Sendo assim, é possível afirmar que a Real Biblioteca se constituiu, pelo menos nos seus primeiros anos de funcionamento, em um espaço de sociabilidade da alta burguesia masculina da cidade do Rio de Janeiro. A Biblioteca Real, **“tornou-se pública e imperial em 1822 e transformou-se em Biblioteca Nacional em 1876.”** (SILVEIRA 2007, p. 90)

Até as primeiras décadas do século XIX o Brasil possuía apenas duas bibliotecas públicas, no Rio de Janeiro e em Salvador. Alterações substantivas ocorreram a partir dos Gabinetes de Leitura, criados na Província de São Paulo. A partir de então inúmeras iniciativas de biblioteca pública se instauraram.

2.2. Estado Novo e Ditadura Militar – a censura e o controle dos acervos

Os períodos do Estado Novo (1937-1945) e da Ditadura Militar (1964-1984) caracterizaram-se por um relativo avanço quanto aos direitos sociais-especialmente em termos de expansão da educação e dos direitos previdenciários- acompanhado de extremo cerceamento aos direitos civis e políticos- com a instauração de extenso aparato repressivo que associava políticas e práticas de segurança, de uso da força e da tortura, de espionagem e de censura.

No campo de controle da biblioteca e da censura aos livros cabe mencionar a atuação de duas instituições o Instituto Nacional do Livro (INL) criado em 1937 e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) criado em 1939. O INL era responsável por estruturar uma política de criação e de estruturação de bibliotecas públicas e pela distribuição de livros. Os livros distribuídos eram aqueles que já haviam passado pelo crivo da censura, realizada pelo DIP. Barbara Leitão indica que o DIP, continha em sua estrutura unidades estaduais (DIPes) e tinha poder tanto para **“impedir a edição ou retirar obras de circulação”** quanto **“para apoiar a divulgação e impressão de obras.”** (LEITÃO, 2011, p. 156). O caráter conservador do INL pode ser verificado na

gênese do instituto, a partir do seguinte trecho, escrito por Gustavo Capanema seu fundador. É, portanto dever do Estado proteger o livro, não só promovendo e facilitando a sua produção e divulgação, mas ainda vigiando no sentido de que ele seja não o instrumento do mal, mas sempre inspirador dos grandes sentimentos e das nobres causas humanas. (LEITÃO, 2011, p. 146).

Durante o regime militar, instaurado a partir do Golpe de Estado em 1964, o INL continuou a atuar e manteve seu caráter conservador. Nesse período as possibilidades de censura à edição e circulação de livros foram ainda mais intensas, tendo sido viabilizadas principalmente pela emissão do decreto 1077 de 1970, pelo ministro da justiça Alfredo Buizad. Conforme Cesar A. Castro (2005) o decreto determinava que a divulgação de livros e periódicos (nacionais e importados) em todo o país ficaria subordinada à verificação prévia da Polícia Federal, a quem caberia analisar a existência de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes.

Ao referido decreto somavam-se ainda uma serie de instituições e de práticas repressivas que acirravam a censura no campo cultural e que faziam parte da Política Nacional de Segurança Pública, gestada no âmbito do Sistema Nacional de Informação (SNI). Atos institucionais determinavam a cassação e a perseguição a todos os indivíduos contrários ao regime, incluindo aí muitos intelectuais, artistas e autores, responsáveis pela produção de livros, músicas e peças teatrais. O Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) regularmente promovia invasões em residências e universidades e apreendia livros considerados subversivos, utilizando-os como provas que justificavam a prisão daqueles que os portavam.

Maria Helena Moreira Alves estima que logo após o golpe cerca de 50.000 pessoas foram presas e interrogadas frequentemente com emprego de violência, antes que os pedidos de habeas corpus fossem impetrados. No plano representativo a repressão também foi intensa com a cassação de muitos mandados - na câmara federal 40 congressistas, nas estaduais 43 e nas municipais 10. Alves indica ainda que entre 1964-1967 foram realizados 1.530 expurgos na burocracia civil e 1228 na militar. (ALVES, 1984, p. 59-65).

2.3. Resistência à Ditadura: os livros das esquerdas e os centros populares de documentação.

Os movimentos de resistência à ditadura na América Latina, segundo Beatriz Sarlo (2007), tinham sempre uma obra, um autor, um livro como fonte de fundamentação ideológica. O imaginário da revolução era livresco e se manifestava na insistência sobre a formação teórica dos militantes e as discussões entre organizações se alimentavam de citações (obviamente recortadas e repetidas) de alguns textos fundadores que era necessário conhecer. A política desses anos, com diferenças de periodização segundo as nações do sul da América, girava tanto em torno de um texto sagrado como da vontade revolucionária. Ou antes a vontade revolucionária tinha em sua origem um livro (...). (SARLO, 2007, p. 63).

Os Centros de Cultura Popular foram uma iniciativa da União Nacional dos Estudantes (UNE) e seu principal idealizador foi o dramaturgo Oduvaldo Vianna Filho. O objetivo dos centros era, através das diversas manifestações artísticas, promover a conscientização e a politização da sociedade, como um caminho para a transformação social. Conforme Wanderlaine Assis (2010, p. 35), **“após o golpe militar de 64, os CPCs e a UNE foram colocados na ilegalidade, e, 1968, pelo Ato Institucional nº 5 os CPCs foram fechados.”**

Os Centros de Documentação e de Comunicação Popular (CDCPs) foram criados em fins da década de 1970 e se proliferaram ao longo das duas décadas seguintes. Ana M. C. Andrade que realizou uma pesquisa pioneira sobre os mesmos, os define como espaços que tiveram um papel fundamental tanto na produção e organização de informação relativa à atuação e a memória dos movimentos sociais, quanto na realização de estratégias de educação e de comunicação popular. Os centros não eram homogêneos, alguns realizavam todas essas funções, outros se limitavam a uma delas, documentar ou realizar atividades de comunicação. Os CDCPs tiveram preponderantemente sua origem vinculada a organizações religiosas, principalmente aos movimentos eclesiais de base. Andrade (1989) interpreta que os centros em sua fase inicial concentraram sua atuação em atividades de resistência à ditadura e de memória dos movimentos sociais, num segundo momento, incorporaram também às suas práticas a resistência à indústria cultural, ou seja, à hegemonia dos meios de comunicação de massa, estimulando o resgate da cultura popular. (p. 114-15).

Ainda no contexto da ditadura cabe mencionar um amplo projeto de memória da repressão e das violações aos direitos humanos praticadas pelo regime o Projeto Brasil Nunca Mais. O projeto foi realizado pela Igreja Católica em parceria com o Movimento Ecumênico de Igrejas e arquivou 707 cópias de processos políticos que

tramitaram na junta Militar no período de abril de 1964 a março de 1979. Conforme menciona Frota (2014, p.76): Do referido projeto resultaram um relatório de cerca de 5.000 páginas e o livro Brasil Nunca Mais, nos quais constam detalhes sobre os processos judiciais e os procedimentos de tortura, bem como os nomes dos torturadores, dos mortos, dos desaparecidos e dos torturados.

2.4. O quadro atual – democratização X desigualdade

O quadro atual em termos de oferta e de acesso à educação e a cultura no Brasil caracteriza-se, por um lado, pela democratização do ensino fundamental e pela expansão da oferta de equipamentos culturais, mas, por outro, lado mantêm-se as desigualdades de oferta/acesso tanto em termos regionais quanto em termos de renda e raça.

A democratização do ensino no Brasil pode ser constatada no último decênio principalmente pela quase universalização do atendimento ao ensino fundamental. Dados de 2010 (Sidra/IBGE) indicam que o atendimento escolar na faixa de 04 a 17 anos ficou em 91,5% em 2010.

No entanto ficou abaixo da meta prevista que era de 93,4. Na faixa de 6 a 14 anos, alcançou 98,20 %; na faixa de 15 a 17 anos o percentual ficou em 83,3% e na faixa de 4 e 5 anos em 80,1%. Assim faz-se necessário ampliar o atendimento principalmente no ensino infantil e no ensino médio. Outro indicador ainda não alcançado refere-se à Meta 4, relativa à conclusão do ensino fundamental (até 16 anos) e médio(até 19 anos), os percentuais, para 2009, ficaram respectivamente em 63,4% e 50,2 %. Quanto a qualidade do ensino os indicadores também não são satisfatórios, considerando-se a Meta 2- Alfabetização (**Todos pela educação**) cerca de 53,6 % dos alunos amostrados alcançaram a pontuação estabelecida para escrita e 56,1 % para leitura, auferida para alunos do 2º. e 3º. ano do fundamental.

A oferta de bibliotecas claramente se expande nas últimas décadas.

Em 1999, 76,3% dos municípios tinham bibliotecas públicas, percentual que passou para 89,1% em 2006 e para 97,5 em 2012. No entanto as diferenças regionais são significativas, em 2006 enquanto no Rio de Janeiro e no Espírito Santo 100% dos municípios possuíam bibliotecas, no Amazonas e em Roraima apenas respectivamente

59,68 e 66,67 % dos municípios possuíam bibliotecas. Em relação às demandas e práticas culturais dos brasileiros as desigualdades se manifestam em termos de classe, raça e escolaridade. Enquanto na Classe A a leitura de jornais é citada por 59% dos respondentes e a de revistas por 64%, na Classe D/E perfaz respectivamente apenas 18% e 26%.

Tabela 1- Consumo Cultural por Classe.

Classe	Jornal	TV aberta	TV por assinatura	Revista	Cinema	Internet	Rádio
A/B	59%	88%	32%	64%	29%	26%	61%
C	34%	92%	7,7%	43%	8,7%	21%	62%
D/E	18%	89%	-	26%	3,3%	5,4%	63%

Fonte: BRASIL, 2010, p. 147.

Dados extraídos do documento **De olho nas metas 2011**. O documento é parte do processo de um pacto pela educação firmado pela sociedade civil em 2006. Foram estabelecidas 5 metas para serem alcançadas até 2022 e também metas intermediárias que são anualmente avaliadas por meio de relatórios. Meta 1- Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola. Meta 2- Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos. Meta 3-Todo aluno com aprendizado adequado à sua série Meta 4- Todo jovem com Ensino Médio concluído até os 19 anos. Meta 5- Investimento em Educação ampliado e bem gerido.

Dados extraídos do documento De olho nas metas 2011. Para avaliação foi considerada a prova ABC realizada pela Cesgranrio e pelo INEP, para detalhes sobre a prova veja o documento, p. 21-22.

Dado relativo a 2006 extraído do documento BRASIL. Ministério da Cultura. Cultura em números: anuário de estatísticas culturais. 2. ed. Brasília: MinC, 2010, p. 93. Dados relativos a 1999 e a 2012 extraídos do documento-“Pesquisa de Informações Básicas Municipais”(2012). Disponível em: <<http://snbp.bn.br/bibliotecas-estao-presentes-em-97-dos-municipios-brasileiros-aponta-ibge/>>. Essa pesquisa considera como bibliotecas todos os espaços de leitura com acesso ao público em geral, e não apenas aquelas geridas pela administração pública municipal.

Em termos raciais enquanto entre orientais e brancos, respectivamente 63% e 43% lêem jornais uma vez por semana, entre índios, negros e mulatos os percentuais são respectivamente de 26%, 30% e 30%. Quanto à leitura de revistas, uma

vez por mês, essas diferenças se mantêm, ficando orientais e brancos com 79% e 50 % e negros, índios e mulatos com respectivamente 36%, 37 % e 39 %. (TAB. 2).

Tabela 2 – Consumo Cultural por Raça

Raça	Jornal	TV aberta	TV por assinatura	Revista	Cinema	Internet	Rádio
Oriental	64%	88%	57%	78%	30%	55%	45%
Branco	43%	89%	18%	50%	18%	38%	60%
Índio	26%	91%	4,8%	37%	4,2%	12%	61%
Mulato/Pardo	30%	92%	8,3%	39%	9,0%	20%	64%
Mameluco							
Negros	30%	91%	6,0%	36%	7,1%	15%	68%

Fonte: BRASIL, 2010, p. 147.

Em termos de escolaridade o que se constata é que a leitura de jornais e revistas é muito mais alta entre aqueles que possuem ensino médio e superior. (TAB. 3).

Tabela 3 – Consumo cultural por escolaridade

Escolaridade	Jornal	TV aberta	TV por assinatura	Revista	Cinema	Internet	Rádio
Sem estudo	10%	91%	1,4%	13%	0,9%	0,17%	62%
1º grau Incom.	19%	91%	4,5%	19%	4,1%	8,2%	62%
1º grau Comp.	35%	92%	6,8%	37%	4,0%	11%	63%
2º grau	44%	91%	13%	50%	12%	31%	62%
Superior	68%	85%	40%	72%	34%	69%	59%
Mestrado/ Doutorado/MB A Master Busines	63%	79%	42%	79%	46%	86%	53%

Fonte: BRASIL, 2010, p. 148.

De modo geral o que se constata é que a universalização do ensino fundamental é uma condição necessária, mas não suficiente para garantir o acesso à cultura e a leitura. Na associação de dados relativos à educação e ao acesso à cultura

verifica-se que as metas de qualidade relativas a leitura e escrita nos primeiros anos do ensino fundamental são insatisfatórias, os índices de acesso e de conclusão do ensino médio também. Esse quadro de certo modo se reflete no campo do acesso à cultura no qual se observam grandes desigualdades quando se associa acesso/práticas culturais à classe e a escolaridade. A isso se somam as desigualdades raciais e em termos regionais relativas ao acesso a bens culturais. Jessé de Souza interpreta que essa desigualdade extrema entre classes e raças, em termos de constituição de um capital simbólico (educacional e cultural) tem sido encoberta e esquecida tanto no discurso do senso comum, como em parte da literatura produzida pela sociologia brasileira. As desigualdades têm sido justificadas como fruto do mérito individual, mito que se alia a um outro que é o mito da brasilidade, nos termos do autor:

“No caso brasileiro, a justificação da desigualdade pelo ‘esquecimento’ do pertencimento de classe e, portanto, da gênese social das diferenças individuais que aparecem como atributo (miraculoso) do mérito individual é mil vezes potencializada por uma aliança invisível com o mito da brasilidade. (...) O mito da brasilidade tem a ver tanto com a construção de uma ficção de homogeneidade e de unidade entre os brasileiros tão desiguais, quanto com o ‘horror ao conflito’. (SOUZA, 2009, p. 47).

3. Para efeito deste estudo é conclusivo

Conclui-se que a Biblioteca Pública pode potencialmente ser considerada um espaço privilegiado de formação da opinião pública no Brasil. A principal razão que subsidia essa conclusão, como se indicou ao longo do artigo, é que as bibliotecas públicas, em vários momentos na história no Brasil, foram objeto de ações governamentais que tinham um caráter conservador, no sentido de evitar o acesso à temas considerados subversivos ou moralmente condenáveis. No campo social também se constatou que livros inspiraram movimentos de resistência e que a instauração de espaços de documentação e de memória foi uma das formas de resistência à ditadura. Os indícios históricos demarcam assim o potencial que as bibliotecas (e a prática da leitura) têm para formação de uma opinião pública crítica, conservadora ou revolucionária, acomodada ou transformadora. Na ausência dessa “consciência” os governos as teriam deixado de lado.

Em relação às condições atuais realmente existentes, no plano empírico, para que a biblioteca se constitua como espaço formativo de uma opinião pública crítica, o que se pode concluir é que:

- 1) O atendimento ao ensino fundamental é quase universal. Mas, isso não é suficiente, é essencial prover as escolas de recursos necessários para assegurar a melhoria em termos de alfabetização (capacidade de escrita e leitura) e em termos de ampliação tanto do atendimento ao ensino infantil e médio, quanto das taxas de conclusão do ensino médio.
- 2) Existe hoje no Brasil um número significativo de bibliotecas públicas, quase todos os municípios dispõem de uma biblioteca pública. Mas é isso não é suficiente, é fundamental que essas bibliotecas sejam providas pelo poder público dos recursos materiais e humanos necessários à sua manutenção e principalmente à sua efetivação como espaços eficazes em termos de promoção da leitura em sentido pleno. Faz-se fundamental ainda que as políticas governamentais, em todos os níveis (nacional, estadual e municipal), relativas ao acesso à cultura levem em conta as persistentes desigualdades de raça, de classe e de escolaridade. É de se destacar, conforme conclui a autora, que a exemplo do Brasil, Poxoréu – MT, onde se situa a Biblioteca Comunitária Dra. Sandra Nery / IHG
- 3) No campo social é necessário que ocorra a disseminação de práticas alternativas, experimentais e inovadoras de promoção do letramento especialmente nas bibliotecas localizadas em municípios e bairros nos quais o acesso ao livro e a leitura é restrito. Práticas essas que tenham como foco quebrar a perspectiva hegemônica da leitura como forma de distinção social e de perpetuação das desigualdades entre as classes e raças.

Numa perspectiva teórica mais ampla é possível considerar que a biblioteca pública pode, no Brasil, vir a ocupar o lugar simbólico que os cafés e salões tiveram na constituição de uma esfera pública literária, na sociedade européia, analisada por Habermas. Mas, no Brasil, essa biblioteca será parte de uma “esfera pública burguesa” e excludente, senão avançar a consciência e a ação política governamental e social com foco na redução das desigualdades nos planos educacional e cultural.

Depois desta análise mais histórica dos espaços públicos em momentos de recrudescimento social e da própria trajetória do livro no Brasil e das bibliotecas públicas como *locus* privilegiados, para o escopo deste Plano, considere apropriado, no nível da revisão literária, ultimar (sem encerrá-lo, obviamente) com a reflexão de um outro artigo, igualmente importante, de autoria da professora Henriete Ferreira Gomes⁴, intitulado “**A biblioteca pública e os domínios da memória, da mediação e da identidade social**”, vez que traduz, por assim dizer, o ideário do IHG e seus membros.

4. A constituição e a preservação da memória: fatores determinantes do nascimento da biblioteca

Desde a “infância” da humanidade os homens perceberam a necessidade da constituição de memórias. Com esse objetivo se desenvolveram as narrativas, os desenhos, pinturas e gravuras e, como expansão desse processo, o aprimoramento das linguagens e a sua representação escrita, possibilitando, com isso, o desenvolvimento dos manuscritos.

Esse processo representou e permitiu que mitos, crenças, valores morais, percepções de mundo, os conhecimentos e a cultura pudessem ser registrados, colecionados e preservados. Enfim, permitiu que o saber acumulado a partir da vida e da observação dos fenômenos pudesse ser compartilhado, expandindo o espaço da intersubjetividade. Com o tempo os grupos sociais agregaram a essa experiência a necessidade de organizar a informação registrada, constituindo meios mais eficazes para se ter acesso aos conteúdos informacionais em qualquer tempo. Esse desdobramento decorreu de dois tipos de comportamento humano: o comportamento comunicacional e o comportamento preservacionista, cuja gênese advém da busca da estabilidade social e cultural, significando o principal substrato do domínio da formação de memórias. Assim, pode-se inferir que tais comportamentos sustentaram as ações que deram início à formação das primeiras bibliotecas e, conseqüentemente, das primeiras práticas biblioteconômicas.

Por séculos as práticas biblioteconômicas foram desenvolvidas à luz de um conhecimento empírico, que deram sustentação à formação de vários acervos ao longo da

⁴ Professora Titular do Instituto de Ciência da Informação (ICI) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Chefe do Departamento de Documentação e Informação do ICI/UFBA e docente do corpo permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da UFBA.

história. Na Antiguidade e na Idade Média os acervos foram formados pela nobreza e pelo clero, com o objetivo de se desenvolver e consolidar a erudição dessas categorias sociais, mas com o foco central da formação cultural das lideranças políticas e religiosas. Esse contexto colocou a biblioteca como lócus do fazer informacional sob o domínio da formação e conservação da memória, concentrando sua atuação nos processos de mediação indireta que, à luz do conceito de mediação da informação de Almeida Júnior (2008), vincula-se às atividades de organização e representação da informação. Mas, em fins do Século XIII e início do Século XVII, o mundo viveu a efervescência do Renascimento, período histórico marcado por transformações em muitos setores da vida em sociedade, que assinalaram o final da Idade Média e o início da Idade Moderna. A ocorrência da Revolução Francesa demarcou a forte influência do Iluminismo e o aparecimento do Estado de direito, resultantes e ao mesmo tempo inspiradores e impulsionadores de várias lutas, incluindo-se com muita ênfase os direitos de acesso ao conhecimento e de socialização dos saberes. No entanto, uma barreira importante para a viabilização desses direitos consistia na existência de grandes massas de analfabetos, uma parcela muito reduzida da população poderia ser considerada letrada, parcela esta concentrada entre os membros da nobreza e do clero.

Com o Renascimento ocorreu a institucionalização e a expansão das escolas e das bibliotecas, como espaços sociais de aprendizagem, formação e constituição cultural. Nesse diapasão o objeto informação começou a trilhar o caminho da conquista de um novo status que superava sua característica primeira de conhecimento registrado para a preservação, fazendo com que a biblioteca, na condição de ambiente informacional, alcançasse os primeiros contornos de atuação para além do domínio da memória.

Esse período histórico pode ser considerado como “ponto de largada” da construção de uma compreensão da informação enquanto objeto de grande valor para o desenvolvimento social e para a renovação das ideias. Assim, as bibliotecas começaram a ser entendidas como um ambiente relevante para a socialização dos saberes. No entanto, foi a partir dos adventos da Revolução Industrial e das duas Grandes Guerras Mundiais que se tornou mais evidente a necessidade de informação para o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e social. A ascensão da informação a um objeto de relevante valor social motivou todos os empreendimentos de pesquisa no campo biblioteconômico, com ênfase na organização, representação, disseminação e recuperação da informação, na busca da facilitação dos processos de acesso e uso. Esse

foi o contexto do nascimento da Biblioteconomia Especializada, como também o terreno sob o qual emergiu o campo da Ciência da Informação.

A expansão das atividades científicas, o acelerado desenvolvimento tecnológico, as disputas de mercado e dos domínios políticos entre as nações repercutiram na produção e circulação da informação, gerando o fenômeno da explosão informacional, vetor da necessidade das atividades de mediação da informação. Frente a esse quadro de alta complexidade que perpassa todo o processo de produção e comunicação do conhecimento ganhou relevo a compreensão acerca da dinâmica da geração e uso da informação, o que motivou o aparecimento dos estudos A biblioteca pública e os domínios da memória, da mediação e da identidade social em torno dos fluxos informacionais, nos quais os usuários adquiriam status de categoria determinante do processo, cuja satisfação de suas necessidades consiste em um dos elementos centrais e constitutivos das metas do trabalho com a informação.

4.1. O foco no usuário e a emergência da mediação para a apropriação da informação.

Os estudos sobre os comportamentos e as necessidades dos usuários (estudos de usuários) passaram a nortear o desenvolvimento e a inovação dos serviços de disseminação da informação, colocando o usuário da informação em realce e apontando a urgência da criação de atividades mediadoras do acesso e uso da informação (domínio da mediação).

Por outro lado, a tomada de consciência sobre a emergência das atividades de mediação direta da informação foi insuficiente para assegurar, de imediato, uma mudança substancial no fazer informacional, embora tenha representado um avanço em termos dos estudos, pesquisas e reflexões em torno das características do processo de mediação, focalizando suas variáveis constitutivas e intervenientes.

Para abordar a questão da mediação, torna-se imprescindível assinalar que esta consiste em uma ação ligada à vida, ao movimento e ao processo de construção de sentidos. Ela se caracteriza como uma ação humana que nasce a partir do contato do sujeito com a realidade e do contato atribuído por este a essa realidade. (GOMES, 2010).

Isso significa dizer que a mediação da informação tem origem nas interações sociais e nas mediações simbólicas, razão pela qual a linguagem é um elemento

singular, ao sustentar a experiência humanizadora do viver em comum, do conviver. A linguagem é sustentáculo das interações sociais e estruturante das relações humanas.

A formação dos sentidos é dependente das experiências vividas pelo sujeito, pelos saberes que este teve a oportunidade de construir. No contato com o mundo o homem lida com objetos de percepção com dimensões imediatas e mediadas, por meio dos quais segue construindo e reconstruindo sua compreensão sobre si mesmo, sobre os outros e sobre o seu meio. Os objetos de percepção imediata são percebidos através dos sentidos e sinais derivativos deles próprios. Já os objetos de percepção mediata têm um terceiro outro como elemento de mediação para o desenvolvimento da percepção. Os saberes e conhecimentos construídos são objetos de percepção mediada, isto é, dependentes das linguagens, que consistem em elemento primeiro e fundamental no processo da mediação. Como ressalta Vygotsky (1991), na mediação a linguagem, a palavra e a fala têm importância fundamental.

A mediação está relacionada ao processo de comunicação e requer a diferença, a alteridade e a relação. (FOLSCHEID, 1990). Não há possibilidade de efetividade na mediação quando se negligencia que a comunicação lhe é cara, quando se deixa de considerar que há uma relação em curso entre os sujeitos da partilha e os sujeitos mediadores. A biblioteca pública e os domínios da memória, da mediação e da identidade social dessa partilhar, na interação entre esses diferentes “outros”, o “outro” mediador é o terceiro que age com, estimulando o colocar em comum, favorecendo o fazer com o “outro”, realizando e fomentando a ação do compartilhamento dos saberes.

Quando se trata da mediação da informação, colocada em curso pelo ambiente biblioteca, torna-se importante a compreensão de duas dimensões do objeto informação, a dimensão da sua materialidade e também da sua imaterialidade. No que tange aos registros, à formação de coleções, representação e organização dessas coleções para divulgação, disseminação e recuperação da informação, o trabalho informacional essencialmente se relaciona às características da materialidade desse objeto. Mas, ao conduzir o trabalho informacional em consonância com a diversidade cultural, procurando mediar o uso proficiente e favorecedor do processo de apropriação dos conteúdos, a biblioteca necessariamente precisa trabalhar com os aspectos imateriais da informação.

Essas duas dimensões se articulam para que a mediação favoreça a produção, circulação e apropriação da informação, o que pressupõe a existência de dispositivos que são, conforme assinala Peraya (1999), de natureza técnica, semiológica

e pragmática. A mediação da informação pressupõe técnicas, instrumentos, suportes, recursos, agentes e processos que se caracterizam como dispositivos produtores de sentidos.

A própria biblioteca se constitui em um dispositivo com uma função social definida (natureza pragmática), que se organiza dentro de uma lógica e a partir da adoção de métodos, linguagens, técnicas, processos e instrumentos (natureza técnica). E para assegurar o acesso e uso da informação, visando que os sujeitos possam se apropriar dos conteúdos, a biblioteca desenvolve ações que exigem a articulação desses elementos, sob uma ordem informacional dialógica (PIERRUCCINI, 2007), potencializadora da produção de sentidos, assumindo, então, sua natureza semiológica, que assume papel relevante ao domínio da construção e fortalecimento da identidade social.

A consciência de que a biblioteca é um “organismo vivo” realça seu atributo de dispositivo de mediação, como demanda o exercício do seu autoconhecimento. Os profissionais que atuam na biblioteca, que lhe conferem “vida”, enfrentam o desafio de refletir sobre seus fundamentos, lógicas de funcionamento e atuação, conferindo suas transformações dentro do seu percurso histórico na sociedade. Compreender a vida que se manifesta e é produzida pelo próprio ambiente ao longo da sua história, significa a possibilidade de compreensão dos paradigmas sob os quais a sua existência social vem se dando. Na perspectiva de Perrotti e Pieruccini (2007), a história da biblioteca nos permite identificar que está atuou sob três paradigmas:

- a) o paradigma da conservação cultural, no qual o principal foco de suas atividades esteve concentrado na organização e representação da informação para a conservação e preservação da memória;
- b) o paradigma da difusão cultural, quando as atividades para garantir a recuperação, o acesso e o uso da informação ganhara importância;
- c) o paradigma da apropriação cultural, que passou a assinalar a relevância das ações de mediação direta para favorecer o acesso e uso da informação, privilegiando a dialogia, a troca de informações, o compartilhamento e o debate em torno delas, condições necessárias ao processo de construção do conhecimento e apropriação dos conteúdos, substrato da formação de protagonistas sociais e culturais.

Quando se analisa as perspectivas subjacentes a esses paradigmas, pode-se observar que cada um deles faz com que a biblioteca atue mais fortemente em domínios distintos. O paradigma da conservação cultural conduz a biblioteca a uma atuação sob o domínio da formação e conservação da memória. O paradigma da difusão cultural pode

ser considerado como precursor do domínio da mediação, já que dá início ao processo de consideração das perspectivas e necessidades dos usuários, sendo o paradigma da apropriação cultural aquele que efetivamente convida a biblioteca para uma atuação de mediadora, sob o foco da formação e fortalecimento da identidade social.

O paradigma da apropriação cultural, ao focalizar o domínio da identidade social coloca a biblioteca na rota da mediação da informação que, conforme ressaltava Almeida Júnior (2008, p. 3), representa,

[...] toda ação de interferência-realizada pelo profissional da informação-direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural, individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional.

O conceito de Almeida Júnior alerta para os subgrupos das ações mediadoras desenvolvidas no ambiente da biblioteca: as consideradas como atividades meio, a exemplo daquelas relacionadas à representação e organização da informação, que podem ser categorizadas como atividades de mediação implícita, e aquelas consideradas como atividades fins, como as atividades dos serviços de referência, sendo, portanto, categorizadas como atividades de mediação explícita.

A partir desse conceito de mediação da informação, emergente do esforço reflexivo que se desenvolve à luz do paradigma da apropriação cultural, a mediação passa a ser vista como a base de todo o fazer do profissional da informação, vindicando deste uma consciência quanto à sua responsabilidade social na construção de um espaço social, o ambiente da biblioteca, organizado e vivente na lógica do dialogismo e para a construção de sentidos.

Nesse sentido, defendemos que a biblioteca pública, para cumprir sua missão social, deve atuar transitando sob a integração dos três domínios da memória, da mediação e da identidade social paradigmas: o da conservação cultural, porque não pode abandonar o domínio da memória, já que deve promover a integração da herança cultural e também da diversidade; o da difusão porque este orienta seu trabalho de organizar para assegurar a recuperação e o acesso à informação e o da apropriação cultural, já que a biblioteca pública tem inclusa na sua missão a promoção do exercício da expressão e criatividade dos sujeitos e coletivos sociais, elementos fundamentais para a formação de protagonistas sociais, contribuindo, assim, para a construção e o fortalecimento da identidade social. Posicionando-se na zona de interseção desses três paradigmas a biblioteca pública potencializará suas ações em favor da

memória, da mediação e da identidade social, o que lhe conferirá o perfil de um dispositivo de mediação cultural.

Ao assumir sua condição de dispositivo de mediação cultural, a biblioteca pública necessariamente estabelecer-se-á a partir de uma “ordem informacional dialógica” que implica na adoção de configurações que garantam ao seu ambiente as características de um espaço informacional, apresentando um repertório cultural diversificado e que espelhe o seu contexto social, adotando linguagens informacionais adequadas à representação, organização e recuperação ágil da informação, contando com mediadores capacitados e aptos ao exercício da comunicação sensível e acolhedora. Além disso, nessa perspectiva a biblioteca pública compromete-se com o desenvolvimento de práticas informacionais dialógicas, tanto no que tange às atividades culturais que desenvolve e promove, quanto àquelas ligadas às suas próprias práticas de gestão. (PIERRUCCINI, 2007).

Conforme Pierruccini (2007), as configurações e as práticas dos dispositivos são imprescindíveis ao processo de mediação. Estas falam, narram, significam, gerando sentidos e significados para os sujeitos, portanto, integram as condições necessárias ao cumprimento da missão social da biblioteca.

De acordo com a Declaração universal sobre a diversidade cultural (UNESCO, 2002) e o Manifesto IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas (UNESCO, 1994), a biblioteca pública deve assegurar a transmissão e promoção cultural; resgatar o diálogo entre a herança e a diversidade cultural, integrando-se a comunidade; contribuindo para o exercício da expressão e criatividade da comunidade; assegurando o acesso e uso da informação, e a produção do conhecimento; contribuindo para o processo de democratização da cultura. (UNESCO, 1994). Ao se analisar o que preconiza esse Manifesto, verifica-se a articulação dos domínios da memória, da mediação e da identidade social, ressaltando-se que a atuação na dimensão da construção identitária e cultural coloca a biblioteca pública frente ao desafio de se ressignificar enquanto um dispositivo de mediação voltado à apropriação da informação, à apropriação cultural, constituindo-se como um espaço colaborativo na construção do protagonismo cultural e social.

A dimensão da construção identitária e cultural coloca à biblioteca pública frente ao desafio de atuar e desenvolver ações dialógicas; de promover o processo de negociação dos sujeitos com o mundo material, social e simbólico, contribuindo para a

formação de protagonistas sociais e culturais; para a construção da própria cultura e da identidade social, enfim, considerando o que preconiza o paradigma da apropriação cultural, ainda que a biblioteca pública não possa afastar-se radicalmente dos paradigmas da conservação e difusão cultural.

Ao colocar-se como uma biblioteca de apropriação cultural, sua atenção deve se voltar às dez condições que Perrotti (2010) aponta como indispensáveis ao comportamento desse dispositivo, que são:

- a) postura de acolhimento – espaço educativo e cultural que acolhe e reconhece as diferenças e singularidades da comunidade;
- b) atitude de projeção – projeta a comunidade rumo ao conhecimento;
- c) fomentar a cooperação – local de fomento a parcerias, trocas e ações cooperativas;
- d) proporcionar e desenvolver sinergia – espaço de articulação de saberes;
- e) assumir comportamento pró-ativo quanto ao desenvolvimento e implantação de políticas públicas – atuar pelo desenvolvimento de políticas voltadas ao protagonismo social e cultural;
- f) favorecer a formação, conservação e o acesso à memória coletiva – constituir e disponibilizar acervos diversificados;
- g) cultivar e estimular a dialogia – assumindo a função de local de interlocuções e trocas simbólicas;
- h) saber redesenhar-se – redefinindo permanentemente suas práticas culturais e a atuação de seus profissionais (constituição do mediador da informação);
- i) constituir-se enquanto uma estação cultural – promovendo a produção e ressignificação dos saberes;
- j) atuar no foco da infoeducação – orientando e também educando para o mundo informacional.

Essas condições asseguram a biblioteca pública o perfil de dispositivo cultural, no entanto, a ação mediadora que está subjacente à concretização de cada uma dessas condições, para potencializar a formação de protagonistas culturais e sociais, meta maior do paradigma da apropriação, demanda a adoção de condutas e comportamentos de afetividade, sensibilidade, flexibilidade, disponibilidade, interesse, organização, e também o domínio de tecnologias, recursos, instrumentos, técnicas e processos informacionais, o que Pierruccini (2007) denominou de categorias do dispositivo informacional dialógico.

Pode-se então compreender que os novos desafios que se apresentam para a biblioteca na contemporaneidade são os de compreender como organizar a informação para diversos tipos de usuários, observando a relação entre organização e mediação da informação; de considerar as origens que fundamentam historicamente e epistemologicamente a sua existência enquanto um ambiente de informação e de cultura; de assumir os atributos de um dispositivo cultural de natureza técnico-semio-pragmática, como caracteriza Peraya (1999), assumindo-se, por fim, como uma midiasfera que, conforme Debray (2000) consiste em um ambiente de transmissão e comunicação que confere um sentido de ação, acolhimento e interligação com o próprio desenvolvimento cognitivo, social e cultural dos indivíduos e da sociedade.

4.2 - Considerações finais

Os domínios da memória, da mediação e da identidade social se interligam nas ações humanas de produção, preservação, circulação, recuperação e disseminação dos saberes e culturas, ações estas que encontram no ambiente biblioteca, e em especial na biblioteca pública, um espaço social de acesso e uso da informação, potencializador do processo de apropriação cultural, intrínseco à formação de protagonistas sociais.

Dentre esses domínios, a mediação da informação ganha destaque por sua centralidade nas interações sociais e mediações simbólicas, passando a ser compreendida como uma ação inerente a todo fazer do profissional da informação, dando maior relevo à responsabilidade social desse agente mediador e também do ambiente biblioteca enquanto espaço de construção de sentidos.

No entanto, a centralidade da mediação não afasta da biblioteca suas demais funções sociais, ao contrário exige maior excelência na adoção de técnicas e processos de representação da informação e organização do conhecimento, considerando-se os diferentes contextos sociais; demanda ainda que se avalie e contemple os aspectos cognitivos envolvidos na apropriação da informação, assim como a responsabilidade pelo desenvolvimento de competências para a identificação, localização, utilização e produção da informação, assegurando também a preservação da memória social. Em síntese, cabe à biblioteca atuar como um dispositivo de mediação cultural e como uma midiasfera, favorecedora dos processos de construção da autonomia e da cidadania.

Cabe à biblioteca pública, como a qualquer outro tipo de biblioteca, o domínio compreensivo do fenômeno informação para avançar na sua organização; assegurar a preservação da memória cultural; realizar a mediação como atividade central na construção de uma interlocução promissora com os usuários, compreendendo que essa interlocução (dialogia - comunicação) situa-se na base do processo de aprendizagem, de construção do conhecimento, da cultura, da cidadania e da identidade social. Por fim, a biblioteca pública não pode abdicar da sua atuação nos domínios da memória, da mediação e da identidade social, já que estes circunscrevem sua própria existência.

5. Diagnóstico

A Biblioteca Comunitária Dra. Sandra Nery é um órgão integrante do Instituto Histórico e Geográfico, assim como a Revista do IHG, a Casa de Memória Manuel de Aquino, o Prêmio Luis Philipe Sabóia Ribeiro, entre outros que nasceu de forma espontânea e voluntária por ação dos membros do IHG e tornou-se imperativa sua existência e manutenção, por força da lei Municipal nº. 1.952, de 11/02/2019, por ocasião da doação da sede social ao Instituto, nas transações legais entre 2016 e 2019, iniciadas no Governo da Prefeita Jane Maria Sanchez Lopes Rocha e ultimadas no governo do Prefeito Nelson Antônio Paim.

Neste sentido, para fim proposto neste plano, o diagnóstico que consideramos apropriado descrever, versará sobre as instalações físicas, a climatização, Equipamentos e Mobiliários, o acervo, a utilização pelos usuários, Cozinha, Banheiro, Rampas de Acesso, Segurança, Plano de Divulgação, Recursos humanos e Normas de utilização.

5.1 – Instalações Físicas – A Biblioteca Comunitária/IHG Dra. Sandra Nery está localizada em uma das dependências do Instituto Histórico e Geográfico – IHG, sala medindo 6X9m, forrada em alvenaria e cobertura com telha cerâmica; 03 janelas de madeira medindo 1,50 largura X 1,80 altura com abertura para a Rua Rosa Bororo e o Beco do IHG, espaço público, reformado pelo IHG para incentivar a ocupação e leitura dos livros da Biblioteca, além de eventos sócio Culturais.



Figura 1: Placa Externa de Identificação da Biblioteca Na Rua Mato Grosso, 342.

5.2 – Climatização – O acervo da biblioteca não possui climatização através de ar condicionado. O que existe são dois ventiladores de parede doados por terceiros, porém, danificados. Neste sentido, o calor é amenizado com a abertura das 03 janelas ou então os usuários que permaneciam no local podiam executar as pesquisas no pátio interno do IHG, coberto por uma Tenda de 10m X 10m, doada pelos sócios correspondentes (Cuiabá) Dr. Jerolino Lopes de Aquino e pelo Cel. Cesar Cardoso Pereira, ambos filhos de Poxoréu.

5.3 – Equipamentos e Mobiliários – Quando a Biblioteca iniciou, em 2017, as doações estavam amontoadas em caixas de papelão e não havia nenhum mobiliário no local. Gradativamente, a sociedade deixou no local, estantes de aço usadas, cadeiras, mesas, arquivos, entre outros. Destaca-se, neste propósito, a ação do gerente do Banco do Brasil,

Figura 2: Mesa, cadeira e computador inservível doados pelo Banco do Brasil – Agência Poxoréu – MT (2018)



(agência local) - Sr. Jailton de Souza Bravo a doação de várias mesas, estantes, arquivos e computadores, considerados bens inservíveis para a instituição e, neste caso, reutilizados na biblioteca e em outras repartições do IHG, sendo fundamentais, naquele contexto. De qualquer forma, foram naqueles equipamentos usados por famílias da sociedade e outros inservíveis para instituições públicas, (entre elas, principalmente, a Câmara de Vereadores, Banco do Brasil e o Poxoréu-Previ) que as ações na biblioteca puderam ser potencializadas.

5.4 – O acervo da Biblioteca – Constituído por doações voluntárias de terceiros é composto por um grande volume de enciclopédias, principalmente BARSAS, livros de temas variados, romances, revistas, jornais, entre outros.

Não encontramos livros didáticos, vez que, segundo o presidente, estas doações eram dispensadas em razão de que nas escolas públicas eles já existiam com uma finalidade estratégica e temporal. Assim, em função da sua volatividade, preferia não arquivá-los no acervo que, todo ano o PNLD (programa Nacional do Livro Didático/MEC) enviava para as escolas novos livros didáticos e, neste caso, eles ficavam inservíveis às pesquisas escolares.

Não encontramos no local, Ficha de Cadastro de Usuários da Biblioteca ou Formulários



de Empréstimos, levando a crer que os livros emprestados tivessem outro tipo de controle à manutenção do acervo. Também não há uma disponibilização virtual do acervo para consulta de títulos nem um catálogo (Manual ou digitado das entradas ou baixas de livros)

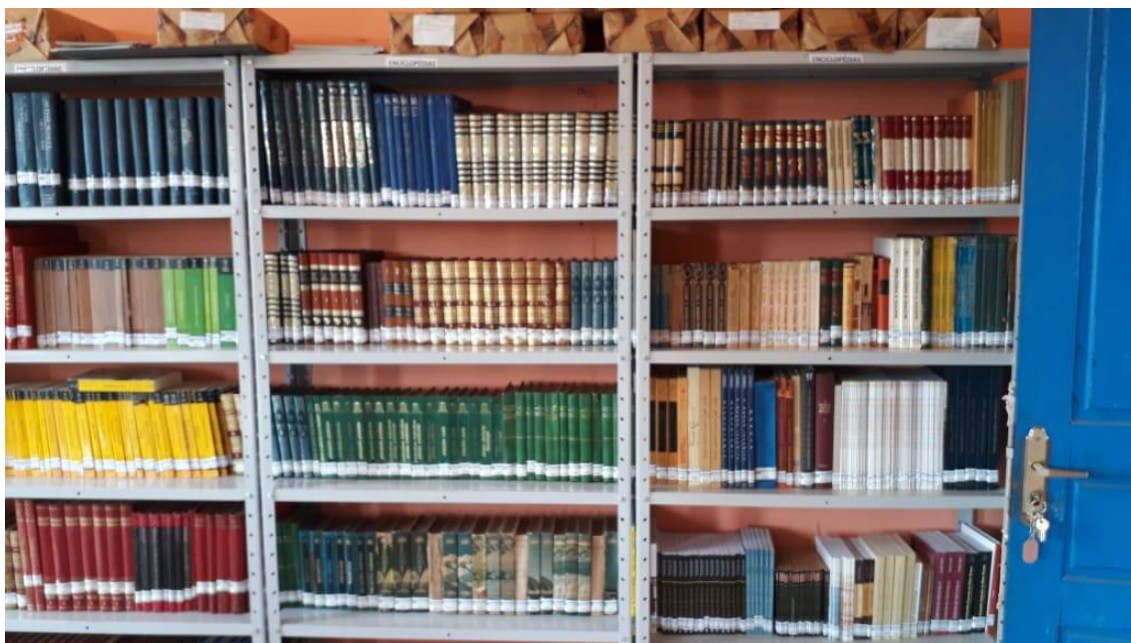


Figura 4: Conjunto de Estantes adquirido pelo Instituto Histórico e Geográfico - 2018



Figura 5: Faixa de Campanha de arrecadação de livros, 2018



Figura 6: Doação de livros pela Câmara de Vereadores. Presença do Ver. Geovane e do técnico Jasciomar e do pres. do IHG, Gaudêncio. 2018

5.5 - Utilização do acervo pelos usuários – Os relatos dão conta que a utilização do acervo, principalmente por estudantes, é incipiente. Por outro lado, o local é visitado com certa frequência por agendamento das escolas locais ensejando palestras dos membros do IHG (principalmente, professores João de Souza e Gaudêncio Amorim). Nestas ocasiões, o acervo é visitado por estudantes. Acrescenta-se que o espaço é frequentado com mais frequência por público externo a cidade, clientelas de municípios adjacentes e de universitário, todavia, a utilização do acervo limita-se a curiosidade e rápidos manuseio de exemplares. A justificativa para tais postura é que, grande parte dos usuários (agendados ou não) possuem pequenas bibliotecas em suas escolas e passam a se interessar mais por outras ofertas do IHG, como as palestras e a visitas aos museus, além de, evidentemente, utilizar o acesso virtual pelos próprios celulares que a maioria possui. Destaca-se, neste particular, a utilização mais frequente do acervo da **banca de trocas**⁵ de livro, muitas vezes, resultante de retiradas sem a devida compensação por outro exemplar.

5.6 – Cozinha – É um espaço de uso em geral do IHG, medindo 9m X 2,5m disponível para serviços de copa. Em geral, pelo fluxo de usuários, atende a necessidade das demandas.



Figura 7: Cozinha do IHG

5.7 - Banheiros – Há dois conjuntos de banheiros: uma unidade unissex que atende, em geral os trabalhadores do prédio, inclusive visitantes e outra unidade de dois banheiros que são abertos apenas em ocasiões de eventos em que o fluxo de pessoas é maior. E ainda há um banheiro, utilizado de forma específica e controlado pelos servidores da assessoria pedagógica de Educação – SEDUC/MT, que compartilha o uso do prédio.



Figura 8: Banheiros

⁵ A Banca de Troca de Livros do IHG também foi inaugurada em 2017 e o primeiro livro trocado na ocasião se deu com a Dra. Elizabete Madureira Siqueira, em Junho daquele ano. A ideia da Banca de Troca foi exatamente dispor de um acervo acessível aos apreciadores de boa leitura que, ao terminar a leitura de um livro, pudesse leva-lo a banca e troca-lo por outro, fazendo o livro girar e a leitura tornar-se um processo dinâmico. Um dos incentivadores do projeto foi o Dr. Ulisses Barbosa, filho de Poxoréu e Procurador de Justiça aposentado.

5.8 - Rampas de Acesso – A construção do prédio é de 1948 e reformado em 1977. Assim é presumível afirmar (como de fato se pode constatar) a não existência qualquer rampa de acesso aos usuários com mobilidade limitada e/ou reduzida. Coube ao Instituto Histórico e Geográfico, a partir de 2017, promover as alterações que apenas amenizou o problema, já que, grande parte das rampas de acesso não atende a declividade mínima de 10%. Em que pese, o não atendimento das formalidades legais de declividade, foi constatado a existência de várias rampas de acesso, inclusive corrimões, para facilidade o acesso à biblioteca.

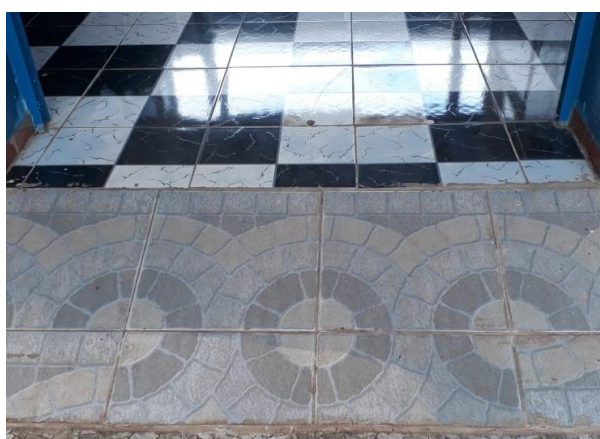


Figura 9: Rampa de acesso ao interior do Instituto, abertura para a Rua Mato Grosso.



Figura 10: Rampa de acesso para entrada na Biblioteca Comu. Dra. Sandra Nery

5.9 – Segurança – A biblioteca possui janelas esparsas, em madeira, porta de madeira e forro de alvenaria e vigias⁶⁶ noturnos. A única fragilidade que constatamos encontra-se nas janelas que, já bastante desgastadas e corroídas pelo tempo, podem ser rompidas

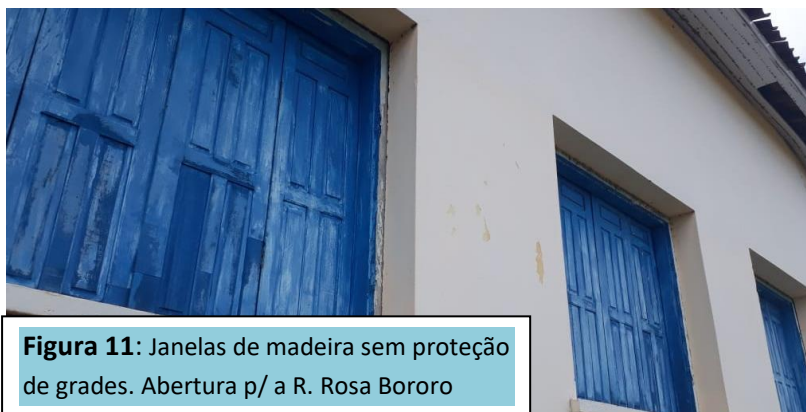


Figura 11: Janelas de madeira sem proteção de grades. Abertura p/ a R. Rosa Bororo

⁶⁶ Os Vigias que fazem a segurança noturna são fornecidos pela Secretaria de Estado de Educação – SEDUC/MT, uma espécie de contrapartida pelo compartilhado de uma das dependências do IHG para sediar a Assessoria Pedagógica de Educação, responsável pela educação, no âmbito do município, da rede estadual de ensino.

com uma certa facilidade por invasor externo, razão pela qual, supõe a colocação de pelo menos grades de proteção.

5.10 - Plano de Divulgação – Não encontramos plano de divulgação da Biblioteca Comunitária Dra. Sandra Nery, embora é sabido entre os munícipes a sua existência, razão pela qual, supõe-se que os ocupantes da vida urbana conheçam sua existência. Todavia, sua existência e a iniciativa do IHG é totalmente desconhecida do público externo pela ausência de informações na Internet que pudesse instrumentalizar usuários externo a consulta de títulos e o próprio acesso a exemplares de literatura, devidamente catalogados, digitalizados e disponíveis para o acesso. Neste particular, insta sugerir como medida apropriada a catalogação do acervo, digitalização, por exemplo, da própria produção literária do IHG ou da União Poxorenses de Escritores – UPE, além de jornais e periódicos extintos, de absoluto valor para a sociedade local.



Figura 12: Site do IHG
www.ihgpoxoreu.com.br



Figura 13: Página de Facebook do IHG

5.11 - Recursos Humanos – A Biblioteca Comunitária do IHG, por alguns anos, (2017/2018) foi atendida pelos próprios membros do IHG, geralmente, pessoas inativas que ficavam, pelo menos um período por dias da semana, à disposição do IHG. Normalmente, revezavam-se entre aqueles que possuíam disponibilidade, entre os quais, Prof. Gaudêncio Amorim, Prof. João de Souza, Professora Raimunda Cardoso, Antonival Souza Campos, Hildeth Xavier de Oliveira e outros. Entre 2019 e março de 2020, a confeitaria do IHG, Hildeth Xavier de Oliveira assumiu as funções de atendente na Biblioteca, sendo subsidiada com recursos advindos de força-tarefa dos próprios membros do IHG até o início da Pandemia da COVID 19 que, impactou em definitivo os serviços da biblioteca aos usuários.

5.12 - Normas de utilização – Foi constatada a existência de Regimento da Biblioteca Comunitária Dra. Sandra Nery e a Ata de Fundação do órgão em 24 de junho de 2017 e o seu registro cartorário no 2º Tabelionato de Notas e Protestos de Poxoréu-MT. Também foi constatado que o Regimento Interno não pode ser acessado por meio virtual em razão de sua indisponibilidade em sítios da Internet ensejando, portanto, a recomendação de o inseri-lo em Portais do Próprio IHG para conhecimento dos usuários.

5.12.1 – Regimento Interno.

REGIMENTO INTERNO DA BIBLIOTECA COMUNITÁRIA DO IHG

SUMÁRIO

Capítulo I - Das Competências e dos Objetivos.....	2
Capítulo II - Do Funcionamento.....	2
Capítulo III - Do Acervo.....	3
Capítulo IV - Dos Usuários.....	3
Capítulo V - Do Acesso.....	4
Capítulo VI - Dos Serviços Oferecidos.....	4
Capítulo VII - Do Acesso ao Meio Digital.....	5
Capítulo VIII - Dos Direitos dos Usuários.....	5
Capítulo IX - Dos Deveres dos Usuários.....	6
Capítulo X - Das Proibições ao Usuário.....	6
Capítulo XI - Das penalidades.....	7
XII - Disposições Finais.....	11



Figura 14: Fachada externa da sede do IHG e Logomarcas oficiais

CAPÍTULO I - DAS COMPETÊNCIAS E DOS OBJETIVOS

Art. 1º - A Biblioteca Comunitária do IHG, fundada em 24 de junho de 2017, é um órgão de apoio didático e pedagógico de pesquisas para estudantes e usuários em geral, compete mobilizar acervo de livros, mediante doação e/ou políticas públicas do município, do Estado ou da União com a finalidade subsidiar a leitura e a pesquisa mediante atendimento presencial ou empréstimo.

Art. 2º - Para organizar e desenvolver suas atividades, a Biblioteca Comunitária do IHG tem por objetivos:

- I) - Disseminar a informação;
- II)- Estimular o hábito de leitura em todos os usuários;
- III) - Apoiar a educação teórico-pedagógica vinculando-a à leitura lúdica;
- IV) - Favorecer o diálogo intercultural e a diversidade cultural;
- V) - Facilitar e promover o acesso à informação independente do suporte em que esta se encontra;
- VI) - Estabelecer ações para a aquisição e ampliação do acervo bibliográfico a fim de atender as necessidades dos usuários;
- VII) Zelar pela guarda, conservação e preservação do acervo bibliográfico.

CAPÍTULO II - DO FUNCIONAMENTO

Art. 3º - A Biblioteca Comunitária do IHG poderá ser utilizada para consulta pelo público em geral, dentro de seu horário de funcionamento, preponderantemente as Segunda-Feira, Quarta Feira e Sexta Feira, das 8h as 11h e de 14h as 17h.

Art. 4º - Independente do horário fixado no artigo 3º, a Biblioteca Comunitária do IHG poderá encontrar-se aberta de segunda as sextas feiras, em horário comercial.

Parágrafo único: A Biblioteca Comunitária poderá atender públicos específicos, interno ou externo, desde que previamente agendado pelos interessados.

CAPÍTULO III - DO ACERVO

Art. 5º - O acervo da Biblioteca Comunitária do IHG é composto por doações, e aquisições decorrente de fomento ou implementação de políticas públicas do município, do Estado e da União, entre eles, Publicações Periódicas: revistas científicas, não-científicas e jornais; Obras de Referência: enciclopédias, almanaques, obras de arte, obras raras, índices, bibliografias, Materiais cartográficos: atlas, mapas, globo; Livros para consulta local: obras que não circulam para a modalidade de empréstimo domiciliar; Livros para empréstimo domiciliar: todas as obras não incluídas em nenhuma das divisões anteriores destinadas ao empréstimo domiciliar, incluindo as dissertações, teses, trabalhos de conclusão de curso e monografias.

Art. 6º - O usuário que desejar realizar doações à Biblioteca poderá fazê-las desde que assine o Termo de Doação, concordando com todas as cláusulas nele estabelecidas.

Parágrafo Único: Toda doação será constituída de gravame com o nome do doador a data da doação.

CAPÍTULO IV - DOS USUÁRIOS

Art. 7º - São usuários da Biblioteca Comunitária do IHG:

- I) Alunos regularmente matriculados nas escolas publicas e/o particulares do município e em cursos técnicos, superiores e de pós-graduação;
- II) Servidores ativos pertencentes ao quadro de pessoal, de quaisquer dos poderes
- III) Empregados vinculados a quaisquer empresas, no âmbito de Poxoréu ou região;
- IV) Usuários externos
- V – Membros e familiares do IHG

Art. 8º - Para se cadastrar como usuário da Biblioteca, na primeira utilização dos serviços oferecidos pelo Setor, é preciso que seja feito o cadastramento do usuário, o qual deverá apresentar documento de identificação com foto (RG), CPF e, se aluno, o número de sua matrícula.

CAPÍTULO V - DO ACESSO

Art. 9º - Ao usuário é permitido o acesso à Biblioteca Comunitária do IHG, bem como a consulta ao seu acervo nos dias e horários de funcionamento, conforme previsto neste Regulamento.

Art. 10. O acesso de usuário externo é condicionado à prévia identificação pela recepção da Biblioteca, não sendo permitida a estes a modalidade de empréstimo domiciliar.

Art. 11. O usuário tem acesso livre ao acervo, podendo ir diretamente às estantes, com a orientação, caso necessário, dos servidores da Biblioteca.

Art. 12. Ao entrar na Biblioteca, o usuário deverá deixar seus pertences (pastas, bolsas, mochilas, envelopes, etc.) em local destinado, podendo conservar consigo material de estudo e pesquisa, sujeito à conferência na saída.

CAPÍTULO VI - DOS SERVIÇOS OFERECIDOS

Art. 13. A Biblioteca oferece aos seus usuários os seguintes serviços, os quais visam subsidiar as atividades de ensino e pesquisa:

I) - Serviços de Referência: orientação bibliográfica, auxílio no acesso a documentos pertencentes ao acervo, visitas orientadas, treinamento do usuário na utilização dos recursos informacionais (busca em bases de dados bibliográficas, orientação para a pesquisa, etc.) e promoção de serviços de disseminação seletiva da informação (alertas, boletins, etc.);

II) Serviços de Circulação: empréstimo domiciliar, de consulta local, para cópias xerográficas e devolução de materiais;

IV) Desenvolvimento de outros serviços de interesse para os usuários

Art. 14. O empréstimo e a devolução serão feitos mediante apresentação do livro e do documento de identificação com foto (RG ou carteira de identidade funcional ou carteira estudantil), não podendo exceder o prazo de 15 dias para devolução e impedindo o eventual infrator de contratar novos empréstimos na biblioteca, enquanto perdurar a pendência.

Parágrafo Único – O usuário da biblioteca no município deverá encontrar-se cadastrado para fins de empréstimo, sendo este individual e intransferível, vedada a utilização de procuração.

Art. 15. Aos usuários externos ao município será vedado o empréstimo de livro cabendo apenas a consulta ao acervo no local

CAPÍTULO VII - DO ACESSO AO MEIO DIGITAL

Art. 16 - A Biblioteca Comunitária envidará esforços para adquirir os meios digitais no sentido de oferecer aos usuários, além dos recursos bibliográficos, o acesso às informações disponíveis na Internet, fitas de vídeo, CDs e DVDs.

Art. 17 - Os usuários interessados poderão utilizar os computadores da Biblioteca, cientes das seguintes normas:

- I) Cada usuário terá 1 (uma) hora por dia para utilização dos computadores;
- II) Será permitida a presença somente de 1 (um) usuário por computador;
- III) O usuário poderá utilizar os equipamentos para fins acadêmico-escolares, vedado ao acesso à páginas de conteúdo pornográfico, jogos, filmes, sites de relacionamento e outros;
- IV) As pesquisas poderão ser gravadas em pen drive ou enviadas por e-mail.

Parágrafo único – Quando for o caso de impressão de cópia e a biblioteca puder oferecer os serviços, os custos correm à conta do usuário

- V) O usuário não poderá ligar/desligar os computadores, o que fica a cargo do servidor e/ou responsável da Biblioteca no Setor;

CAPÍTULO VIII - DOS DIREITOS DO USUÁRIO

Art. 18 - São direitos do usuário da Biblioteca Comunitária do IHG:

- I) Usar o acervo bibliográfico, respeitando as normas deste Regulamento;
- II) Usar os computadores, respeitando as normas deste Regimento;
- III) Utilizar os serviços da Biblioteca e, em caso de dificuldades na recuperação da informação desejada, solicitar assistência dos servidores que exerçam atividades no Setor;
- IV) Sugerir títulos para aquisição, através do programa de gerenciamento da Biblioteca - PHL (Personal Home Library);
- V) Encaminhar reclamações e/ou sugestões ao presidente do IHG visando o aprimoramento dos serviços prestados pelo Setor;
- VI) Solicitar a segunda via do comprovante de empréstimo/devolução de materiais

CAPÍTULO IX - DOS DEVERES DO USUÁRIO

Art. 19 - São deveres do usuário da Biblioteca do IHG:

- I) Manter-se em silêncio ou conversar em tom de voz baixo;
- II) Não utilizar celular ou qualquer outro aparelho sonoro no recinto da Biblioteca;

- III) Zelar pelo espaço físico e pelos materiais existentes na Biblioteca;
 - IV) Zelar pela conservação, organização e limpeza da Biblioteca;
 - V) Informar aos servidores da Biblioteca qualquer dano ao acervo;
 - VI) Zelar pela conservação e funcionamento dos computadores;
 - VII) Deixar todos os materiais consultados sobre as mesas ou balcão de atendimento;
 - VIII) O docente do município ou fora dele, ao planejar uma pesquisa, deverá consultar a existência do assunto no acervo da Biblioteca, e agendar o atendimento no IHG, com antecedência mínima de 24 horas;
 - X) Obedecer às normas deste Regimento, principalmente quando solicitado por servidor, funcionário, no exercício de sua função.
 - XI) Tratar os funcionários da Biblioteca educada e respeitosamente;
 - XII) Identificar-se sempre que solicitado por servidor que exerça atividade na Biblioteca;
 - XIII) Obedecer aos prazos de empréstimo e devolução;
 - XIV) Atender aos pedidos de comparecimento à Biblioteca sempre que solicitado;
- Art. 22. Ao servidor responsável pela Biblioteca, é facultado o direito de verificar o conteúdo de mochilas, bolsas, pastas dos usuários.

CAPÍTULO X - DAS PROIBIÇÕES AO USUÁRIO

Art. 20. Ao usuário da Biblioteca é proibido:

- I) Entrar na Biblioteca com animal doméstico ou silvestre;
- II) Entrar na Biblioteca sem camisa e roupas inadequadas;
- III) Fumar, lanchar ou circular com copos ou garrafas de água nas dependências da Biblioteca;
- IV) Usar as dependências da Biblioteca para praticar qualquer tipo de jogo, como cartas, xadrez, dama ou outro que perturbe o seu pleno funcionamento;
- V) Circular com materiais de um setor para outro, sem fazer o empréstimo especial ou domiciliar;
- VI) Usar vocabulário de baixo calão;
- VII) Causar dano ao patrimônio do IHG ou a terceiros;
- VIII) Utilizar o documento de identificação de outra pessoa para utilizar os serviços oferecidos pelo Setor;

CAPÍTULO XI - DAS PENALIDADES

Art. 21. Em caso de perda, extravio, uso inadequado ou qualquer dano físico, que resulte em prejuízo do material, o usuário deverá realizar sua reposição, substituindo-o por:

- I) Exemplar da mesma obra (autor, título, data e edição igual ou superior);
- II) Obra similar (em caso de obra esgotada);
- III) Obra definida conforme política de desenvolvimento da coleção da Biblioteca.

Art. 22. A doação de livros à Biblioteca não regulariza a situação do usuário em débito, visto que esta é uma ação espontânea.

Art. 23. A infringência das normas deste Regimento por parte de membros da comunidade local será comunicado a diretoria do IHG que tomará as medidas pertinentes a cada caso.

CAPÍTULO XII - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na aplicação deste Regimento serão analisados responsável do Setor de Biblioteca, pela diretoria e, em última instância, pelo plenário do IHG.

Art. 25. Cabe ao servidor responsável pela Biblioteca divulgar este Regulamento:

- I) Disponibilizando cópia nas dependências da Biblioteca;
- II) Enviando cópias a as escolas de Poxoréu, bem como, disponibilizando-o no site do IHG: www.ihgpoxoreu.com.br ;
- III) Comunicar ao presidente do IHG, qualquer irregularidade.

Art. 26. Este Regulamento poderá sofrer alterações em virtude das atividades desenvolvidas no Setor e quando emanadas das verificações de seu responsável.

Art. 27. Este regimento entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, podendo ser alterado pela diretoria ou pelo plenário do IHG, desde que proposto por pelo menos 1/3 dos sócios efetivos e aprovado por maioria simples de seus membros.

Poxoréu, 24 de Outubro de 2017

João de Souza

Diretor Executivo do IHG

Gaudêncio Filho R. de Amorim

Presidente do IHG



INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE POXORÉU - MT
CNPJ. 25.527.079/0001 – 34 Utilidade Pública: Lei nº. 1.867, de 28/06/2017
Rua Mato Grosso, 432 – Centro Poxoréu – MT - CEP. 78.800-000
Fone: Cel. (66) – 99616-0936/99635-9436 Email: contato@ihg.com.br

ATA DE FUNDAÇÃO DA BIBLIOTECA COMUNITÁRIA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE POXORÉU – MT

No dia **24 de junho de 2017**, as 8h, na sede do IHG, em Poxoréu – MT, reuniu-se em Assembleia Geral o IHG e seus convidados, por ocasião da 2ª Tertúlia do Padroeiro da cidade São João Batista foi fundada a **BIBLIOTECA COMUNITÁRIA DO IHG**, com o objetivo de reunir um acervo de livros diversificados e disponibilizá-lo, gratuitamente, aos usuários que desejam pesquisar, estudar e compartilhar conhecimentos. O citado acervo se constituiu a partir de 500 (quinhentos) livros, todos, doados pela sociedade para esta finalidade. Entre os participantes ilustres desta ocasião registra a presença do Prefeito Nelson Antônio Paim; do Presidente da Câmara, Ver. João de Jesus Oliveira, do gerente do Banco do Brasil, Sr. Jailton de Souza Bravo, membros do IHG/MT – Dra. Elizabeth Madureira e Dr. Eduardo Mahon, do Desembargador de Justiça/MT Dr. Juvenal Pereira da Silva, diretores de escolas, vereadores, secretários do governo municipal, alunos e professores, além dos membros do IHG. Ficou decidido que a Biblioteca, além de atender as pesquisas será subsidiária da banca de trocas de livros do IHG, localizada na entrada da instituição e acessível a todos quantos desejarem adquirir ou tocar livros para leitura. A Biblioteca está aberta de segunda a Sexta Feira, durante a programação do IHG podendo se reduzir a 03 dias, por semanas, na forma de regimento próprio e ainda podendo pactuar parcerias com o Poder Público para implementar o desenvolvimento da leitura no município de Poxoréu – MT. Todos os presentes tiveram a oportunidade de se manifestarem declarando apoio ao novo empreendimento e expectativas de futuro. O Professor Gaudêncio Amorim, presidente do IHG ressaltou sua alegria em por em prática a ideia da biblioteca, desde a fundação do IHG em 2015 e que a banca de trocas é uma variável da ideia trazida pelo Dr. Wlisses Barbosa, nos moldes da Geladeiroteca, sob responsabilidade do IHG. Depois de todos os discursos, o sr. Presidente declarou fundada a Biblioteca Comunitária do IHG em Poxoréu – MT e encerrada a reunião. Eu, João de Souza, Diretor Executivo do IHG, lavrei a presente ata que lida, aprovada e assinada pelos presentes.

Poxoréu – MT, 24 de junho de 2017.

JOÃO DE SOUZA

Diretor Executivo do IHG

GAUDÊNCIO FILHO R. DE AMORIM

Presidente do IHG/Poxoréu



AUTENTICAÇÃO
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso - atos de nota e Registro
Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.
Poxoréu - MT 07 de julho de 2020
Cod. At: 06 Cod. Cartório: 410 Consulta: www.tjmt.gov.br/atos-de
Selo Digital: BLH 26940 RS3,10 15:11
Mariana Almeida da Silva Escrevente Autorizada



Figura 15: Cópia da Ata de Fundação da Biblioteca Comunitária Dra. Sandra Nery com registo em Cartório – 2º Tabelionato de Notas e Protestos de Poxoréu – MT

6. Plano de Implementação das ações

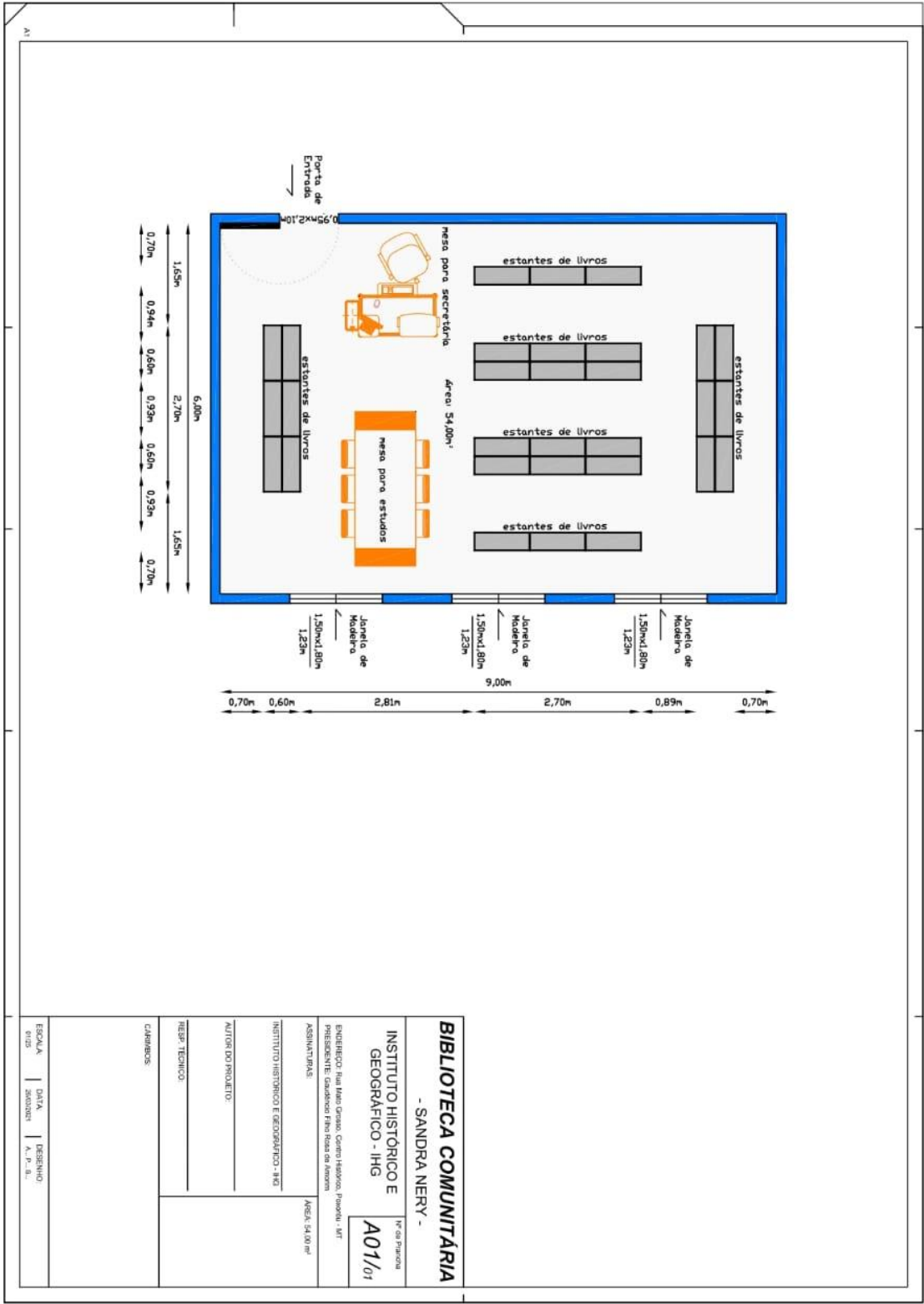
O diagnóstico acima referenciado foi oportuno para vislumbrar os gargalos passíveis de implementação no que tange a melhoria dos serviços da biblioteca aos seus usuários, evidentemente, esperançosos de que a cobertura vacinal contra a pandemia da COVID 19 - atinja a 100% da população.

Os aspectos que analisamos (sem prejuízo de outros) foram aqueles que entendemos serem pertinentes e preponderantes a um processo de revitalização da Biblioteca no pressuposto de uma reengenharia mínima para implementar sua referência no IHG e na cidade de Poxoréu, bem como e, principalmente, a melhoria dos serviços aos usuários expandido seus tentáculos para acessos virtuais que serão potencializados com as ações do projeto no que tange a catalogação do acervo e a criação de portais na Internet.

Neste sentido, a ação da diretoria do IHG, precisava insurgir com uma contrapartida nas ações, sob pena de não impactar o plano visual da Biblioteca no que tange a climatização, segurança, e móveis e equipamentos, principalmente diante dos esforços da Lei Aldir Blanc para apoiar o processo de Revitalização já que, suas ações: Contratação de Bibliotecarista para elaboração deste plano, serviços de pessoa jurídica para catalogação e publicação em Portal do IHG; Digitalização de acervo do IHG e da UPE e consequente publicação em portal eram ações que, a exceção da aquisição de livros da Literatura Mato-grossense, de natureza técnica e de serviços, face a vedação da Lei Aldir Blanc (Lei Federal nº. 14.017, de 29/06/2020) para aquisição de materiais permanentes. Assim sendo, nossa sugestão é que o Instituto Histórico e Geográfico – IH, dentro de suas possibilidades, naturalmente, desenvolva o seguinte plano de ação:

- a) Proceda a reforma do espaço no que tange a pintura e correção das impropriedades na alvenaria.
- b) Proceda a aquisição de Ar Condicionados para a climatização do espaço;
- c) Proceda os serviços de colocação de grades nas janelas, como medida de segurança e proteção do acervo.
- d) Desenvolva um **novo layout** de organização físico/espacial do acervo, (CONFORME SEGUE ABAIXO) evitando o contato dos livros com as paredes no sentido de eliminar o contato com a umidade e a infestação de traças, cupins e outros;

NOVO LAYOUT DE ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO ACERVO



- e) Proceda a aquisição de mobiliários como mesas, computadores, impressoras, estantes de aço, cadeiras, entre outros;
- f) Implementação de um plano de divulgação virtual da Biblioteca pelos canais de internet, inclusive os instrumentos do próprio IHG, o site www.ihgpoxoreu.com.br e o facebook até então inexplorados para fins da biblioteca e,
- g) Melhoria das rampas e acesso de acordo com as normas técnicas de acessibilidade.
- h) Montagem de painel de cores compatíveis com o temário do acervo para facilitar a localização do livro desejado pelo usuário e/ou programa de computador que assim o faça, de fácil manuseio e acessível ao usuário.

Evidente que as ações acima mencionadas não se apresentam como imposição deste plano, tendo em vista a ação voluntária dos membros do IHG presumível a ausência de recursos para atendimento imediato, mas RECOMENDAÇÕES por ocasião dos incentivos da Lei Aldir Blanc que, conforme o projeto: REVITALIZAÇÃO DA BIBLIOTECA COMUNITÁRIA DRA. SANDRA NERY, resultante do Termo de Compromisso Especial 342/NAS/2020 para executar as ações do proponente, a saber:

I - Contratação de serviços de Terceiro – Pessoa Física, Biblioteconomista, para planejamento e implantação da Biblioteca

II - Contratação de Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, para implementação do Catálogo da Biblioteca e publicação dos títulos do acervo em Portal da Internet em Site do IHG

III - Contratação de Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica para Catalogar e digitalizar o acervo produzido pelo IHG (Revistas e Fascículos 2017-2020) e do acervo da União Poxorense de Escritores – UPE (Jornais e Revistas – 1991-2016) além de alguns periódicos (extintos) de valor para a história local.

Contratação de PNE

IV - Aquisição de Acervo Bibliográfico da Literatura Mato Grossense, sendo:

- a) Acervo da Produção Matogrossense
- b) Acervo da produção Literária de Poxoréu – MT

7. Considerações Finais

Segundo Jacques Bossuet (1627-1704) no Egito, as bibliotecas eram chamadas "**Tesouro dos remédios da alma**". De fato é nelas que se cura a ignorância, a mais perigosa das enfermidades e a origem de todas as outras.

Com efeito, o livro é sempre uma companhia que deixa marcas inegáveis em nosso comportamento humano no que se refere a apropriação de novos conhecimentos e o desempenho de novas competências e habilidades. Não sem razão, toda leitura expurga a ignorância que, porventura, paira em nossa consciência.

A iniciativa pioneira do IHG é certamente notória e digna de aplausos e reconhecimento social, tanto que, como constatado acima, houve (e ainda) há uma significativa reciprocidade social com a constituição e manutenção do empreendimento. Do que conhecemos em nossa cidade, nenhuma instituição teve força e credibilidade para, em tão pouco tempo aquilatar os resultados que alcançou, inclusive reconhecimento externo como aquele do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (na cerimônia dos 100 anos de existência) e da própria Assembleia Legislativa do Estado, mediante moção de aplauso, além daquela expedida pela Câmara de Vereador de Poxoréu – MT.

Figura 16: Moção de Aplausos – AL/MT

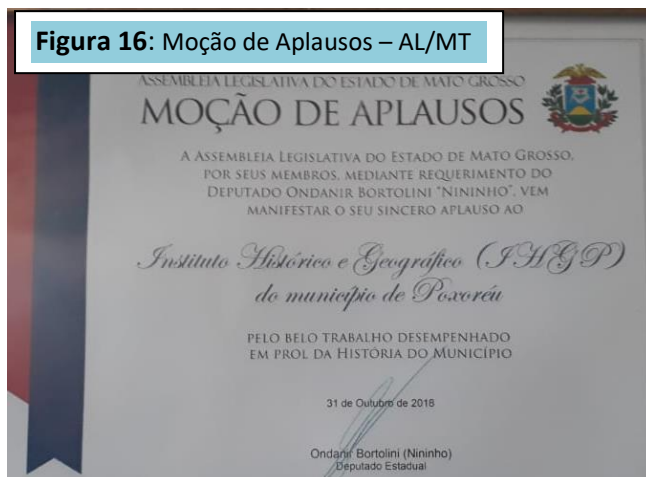


Figura 17: Homenagem do IHG/MT





Figura 18: Cerimônia de entrega da Moção de Aplausos da Câmara de Vereadores – 2019.

Na foto com os membros Paulo Cesar, Gaudêncio e o Deputado Nininho

No que tange ao projeto da Biblioteca que está na origem, desde a fundação do IHG (2017), embora tornada realidade em 2017 (com a criação oficial) e mais tarde, uma das “cláusulas pétreas” para a doação da sede social constante da Lei Municipal 1.952 (11/02/2019) promulgada pelo Presidente da Câmara, Vereador Agnaldo Alves da Silva, vale destacar que sua instalação e manutenção pelo IHG exigiu um esforço coletivo de todos os membros que, não apenas trataram de potencializar um significativo acervo (fruto de doações), mas implementaram ações de incentivo aos usuários, principalmente através do “projeto palestra⁷” que foi oferecido aos alunos do distrito sede e dos demais, além daqueles vinham conhecer os espaços do IHG, entre eles, a banca de trocas e os museus. Há, neste mister, um espaço razoável para disseminação de leitura ofertada gratuitamente aos usuários, paradoxalmente, ação negada ou omissa pelo Poder Público local que, além de não envidar esforço para fortalecer a iniciativa da instituição, como por exemplo, auxílios, subvenção social, parceria com recursos humanos, entre outros também não tem criada as condições para a ativação e funcionamento da Biblioteca Pública Ênio Milton Duarte, cujo acervo não se sabe ao certo, aonde está localizado, a considerar o tratamento secundário do acervo em destinos itinerantes pela maioria das administrações públicas.

⁷ De acordo com o Prof. Gaudêncio Amorim, presidente do IHG, o Projeto Palestra era destinado aos alunos e visitantes. Devidamente agendadas as visitas, os palestrantes tratavam de temas como a criação do IHG e suas finalidades; a história do município ou aspectos mais específicos, conforme o interesse. É, na verdade, dependendo do público, uma roda de conversa, um processo de interação dialógica com os visitantes.

Referências

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. Anais... São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008. 1 CD-ROM.

ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1984.

ANDRADE, Ana Maria Cardoso. Um novo texto no contexto da informação popular: os centros de documentação e comunicação. 1989. Tese (Doutorado)–Escola de Comunicação e Artes da USP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

BRASIL. De olho na educação 2011. Disponível em: <<http://www.todospelaeducação.org.br>>. Acesso em: 13 mar. 2013.

BRASIL. Ministério da Cultura. Cultura em números: anuário de estatísticas culturais. 2. ed. Brasília: MinC, 2010.

CARVALHO, José M. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASTRO, Cesar A. Produção e circulação de livros no Brasil: dos jesuítas (1550) aos militares (1970). Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, n. 20, p. 92-103, 2º semestre 2005.

COSTA, Sergio. As cores de Ercília: esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais, Belo Horizonte: UFMG, 2002.

DEBRAY, Régis. Transmitir: o segredo e a força das idéias. Petrópolis: Vozes, 2000.

FOLSCHEID, D. "Médiation". In: JACOB, André. Les notions philosophiques: dictionnaire. Paris: Presses Universitaires de France, 1990. p. 1584-1585.

PERAYA, Daniel. Médiation et médiatisation: le campus virtuel. Hermès, Paris, n. 25, 1999. Disponível em: <<http://documents.irevues.inist.fr/handle/2042/14983>>. Acesso em: 25 jun. 2010.

FROTA, Maria Guiomar da C. Associativismo civil e participação social: desafios de âmbito local e global na implementação dos direitos da criança. Tese (Doutorado em Sociologia)–Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Rio de Janeiro, 2004.

LEITÃO, Barbara J. M. Bibliotecas públicas, bibliotecários e censura na Era Vargas e regime militar. São Paulo: Interciência, 2011.

PERROTTI, Edmir. Infoeducação, 2010. Slides das aulas da disciplina Mediação e Apropriação da Informação, ministrada no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFBA, jun. 2010.

PERROTTI, Edmir; PIERUCCINI, Ivete. Infoeducação: saberes e fazeres da contemporaneidade. In: LARA, Marilda L. Ginez de; FUJINO, Asa;

PIERRUCCINI, Ivete. Ordem informacional dialógica: mediação como apropriação da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM UNESCO. Declaração universal sobre a diversidade cultural. 2002. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2013.

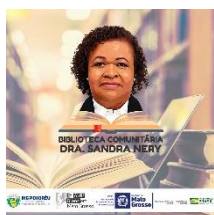
PRIORE, Mary; VENANCIO, Renato. Uma breve história do Brasil. São Paulo: Planeta do Brasil, 2010. SARLO, Beatriz. Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, Belo Horizonte: UFMG. 2007.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. Biblioteca como lugar de práticas culturais: uma discussão a partir dos currículos de Biblioteconomia no Brasil. 2007. 246f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

UNESCO. Manifesto IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas. 1994. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>>. Acesso em: 21 set. 2013.

VYGOTSKY, L. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

ANEXOS



INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO – IHG
BIBLIOTECA COMUNITÁRIA DRA. SANDRA NERY
Rua Mato Grosso, 432, Centro – Poxoréu – MT
Fone (66) 99616-0936 – Email: contato@ihgpoxoreu.com.br

CADASTRO DE USUÁRIO

NOME: _____ [M] [F]

CPF. _____ RG. _____ SSP/ _____

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____ CIDADE: POXORÉU – MT

TEL. RES: _____ CELULAR (wattap): _____

EMAIL: _____

CATEGORIA:

☐ ESTUDANTE ☐ PROFESSOR ☐ TERCEIRO ☐ PESQUISADOR

☐ OUTROS. QUAL? _____

Poxoréu – MT, ____ de _____ 2021

Assinatura do Usuário

VISTO:

Funcionário Responsável pela Biblioteca

CONTROLE DE EMPRÉSTIMO

NOME DO USUÁRIO: _____

1º EMPRESTIMO:

TITULO		Data da Retirada	Data da devolução
AUTOR			
ANO			
EDITORA			

Poxoréu – MT, ____/_____/ 20__

Ass. Do Usuário

Servidor da Biblioteca

2º EMPRESTIMO:

TITULO		Data da Retirada	Data da devolução
AUTOR			
ANO			
EDITORA			

Poxoréu – MT, ____/_____/ 20__

Ass. Do Usuário

Servidor da Biblioteca

2º EMPRESTIMO:

TITULO		Data da Retirada	Data da devolução
AUTOR			
ANO			
EDITORA			

Poxoréu – MT, ____/_____/ 20__

Ass. Do Usuário

Servidor da Biblioteca



República Federativa do Brasil
Ministério da Educação
Universidade Federal de Mato Grosso

A Reitora da Universidade Federal de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e tendo em vista a
conclusão do Curso de Biblioteconomia em 20 de março de 2009, confere o título de

Bacharel em Biblioteconomia a

Sislene Lopes Maciel Chagas

brasileira, natural do Estado de Mato Grosso, nascida a 24 de novembro de 1982,

filha de José Lopes de Araújo e Marlene Maciel de Araújo,

e outorga-lhe o presente Diploma, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Curitiba, 21 de janeiro de 2011.

Edna Corrêa Mês Vianna
Coordenadora de Administração Escolar

[Assinatura]
Diplomado

[Assinatura]
Marta Ellen Cavalli Neder
Reitora

Curso de Biblioteconomia - Bacharelado.
Reconhecimento - Portaria MEC nº 4.398/04,
Publicada no DOU de 31/12/2004.
Reconhecimento prorrogado pela Portaria
MEC nº 2.413/05, publicada no DOU de
08/07/2005.

Lei nº 7088 - de 23/03/83

C.I. RG nº 1498688-4

Expedida pela SSP/MT

MEC - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

Diploma registrado sob nº 95

Livro 01/BIB/CUR Fís 33

Processo nº 23108.304053/10-9 por delegação de
competência do Ministério da Educação nos termos da
Portaria MEC/DAU nº 71/77 de 21/10/77.

Cuiabá - MT, 21 de janeiro de 2011.

Gerente de Documentação e Intercâmbio

Maisa da Silva

Edna Correa Alves Matar
Coordenadora de Administração Escolar

2º TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS

2º TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Cartório com o original que me foi apresentado. Dou fe
Cod. Ato: 08 Cod. Cível: 410 Cível: 410 Cível: 410
Selo Digital: BLH R\$ 3.10 15.41
Mariana Almeida da Silva
Escrivente Autorizada

2º TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS

2º TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Cartório com o original que me foi apresentado. Dou fe
Cod. Ato: 08 Cod. Cível: 410 Cível: 410 Cível: 410
Selo Digital: BLH R\$ 3.10 15.41
Mariana Almeida da Silva
Escrivente Autorizada



Selo de Cartório
Poder Judiciário
Estado de Mato Grosso

021521



INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE POXORÉU - MT

CNPJ. 25.527.079/0001 – 34 Utilidade Pública: Lei nº. **1.867**, de 28/06/2017

Rua Mato Grosso, 432 – Centro Poxoréu – MT - CEP. 78.800-000

Fone: Cel. (66) – 99616-0936

Email: contato@ihg.com.br

TERMO DE RECEBIMENTO

Recebemos da Sra. **GISLENE LOPES MACIEL CHAGAS**, brasileira, casada, Portadora da Cédula de Identidade 14.98688-4 **CPF nº.** 991.625.551-20, **BIBLIOTECONOMISTA**, o **Plano de Implantação/Revitalização da Biblioteca Comunitária Dra. Sandra Nery**, elaborado com base nas metas do Projeto de **Revitalização da Biblioteca Dra. Sandra Nery**, Edital MT NASCENTE Nº. 05/2020 da Secretaria de Esportes e Lazer – SECEL/MT, conforme Compromisso Especial nº. 352/NAS/2020 e processo nº. 436899/2020.

Por ser verdade, firmamos o presente.

Poxoréu – MT, 25 de março de 2021

GAUDÊNCIO FILHO ROSA DE AMORIM

Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Poxoréu

SANDRA SOFIA SOL DA SILVA

Vice Presidente do IHG

EVA MENDES DE OLIVEIRA

Diretora Financeira do IHG